

UNICESUMAR – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ
PPGGCO – PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS
ORGANIZAÇÕES

MÁRCIA HIROKO KAWAMOTO

**MEMÓRIA ORGANIZACIONAL NO ESPAÇO ESCOLAR DE SISTEMA
PRISIONAL**

MARINGÁ

2020

MÁRCIA HIROKO KAWAMOTO

**MEMÓRIA ORGANIZACIONAL NO ESPAÇO ESCOLAR DE SISTEMA
PRISIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGGCO-UNICESUMAR como pré-requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações.

Linha de pesquisa: Educação e Conhecimento

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ely Mítie Massuda
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Letícia Fleig Dal Forno

MARINGÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K22m Kawamoto, Márcia Hiroko.

Memória organizacional no espaço escolar de sistema prisional / Márcia Hiroko Kawamoto. – Maringá-PR: UniCesumar, 2020.
104 f. ; il. color; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Ely Mitie Massuda.

Coorientação: Profa. Dra. Letícia Fleig Dal Forno.

Dissertação (mestrado) – UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações, 2020.

1. Memória organizacional. 2. Educação no sistema prisional. 3. Práticas pedagógicas. 4. Gestão do conhecimento. I. Título.

CDD – 374

Leila Nascimento – Bibliotecária – CRB 9/1722
Biblioteca Central UniCesumar

Ficha catalográfica elaborada de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MÁRCIA HIROKO KAWAMOTO

**MEMÓRIA ORGANIZACIONAL NO ESPAÇO ESCOLAR DO SISTEMA
PRISIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGGCO - UNICESUMAR como pré-requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações.

Linha de pesquisa: Educação e Conhecimento

Data de apresentação:
26/02/2020

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ely Mitie Massuda, UNICESUMAR, (orientadora)

Profa. Dra. Leticia Fleig Dal Forno, UNICESUMAR, (coorientador)

Profa. Dra. Tânia Regina Corredato Periotto, UNICESUMAR

Profa. Dra. Angela Mara de Barros Lara, UEM

MARINGÁ
2020

RESUMO

KAWAMOTO, Márcia Hiroko. **Memória organizacional no espaço escolar do sistema prisional**. 2020.104f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento) – UniCesumar, 2020.

A Memória Organizacional é uma das práticas da Gestão do Conhecimento. Trata-se de uma prática que permite a reutilização de práticas anteriores que deram certo, permitindo agilidade na tomada de decisão. No espaço escolar é comum que as práticas pedagógicas fiquem registradas somente na oralidade e a inexistência do hábito do registro das informações e lições aprendidas retardam e impedem a agilidade na tomada de decisão, induzindo inclusive ao erro e ao desperdício de tempo. O objetivo deste estudo foi de analisar a percepção da memória organizacional de práticas pedagógicas de Professores e Pedagogos de um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos que atende educandos temporariamente privados de liberdade. A pesquisa teve caráter exploratório-descritivo e a entrevista foi utilizada como técnica de coleta de dados cujos dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. As entrevistas foram realizadas junto aos docentes e equipe diretiva de um Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos que atende educandos privados temporariamente de liberdade do município de Maringá (PR). Com este estudo foi possível identificar a importância de um repositório de conjunto de boas práticas desenvolvidas no interior de uma instituição prisional.

Palavras-chave: Memória Organizacional. Práticas Pedagógicas. Gestão do Conhecimento.

ABSTRACT

KAWAMOTO, Márcia Hiroko. **Memória organizacional no espaço escolar do sistema prisional**. 2020.104f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento) – UniCesumar, 2020.

Organizational Memory is one of the practices of Knowledge Management. It is a practice that allows the reuse of previous practices that worked, allowing agility in decision making. In the school space, it is common for pedagogical practices to be registered only orally and the inexistence of the habit of recording information and lessons learned delays and prevents agility in decision making, even inducing error and wasting time. The aim of this study was to analyze the perception of the organizational memory of pedagogical practices of Teachers and Pedagogues of a State Center for Basic Education for Youth and Adults that serves students temporarily deprived of their liberty. The research had an exploratory-descriptive character and the interview was used as a data collection technique whose data were analyzed through content analysis. The interviews were conducted with the teachers and the management team of a State Center for Youth and Adult Education that serves students temporarily deprived of their liberty in the city of Maringá (PR). With this study it was possible to identify the importance of a repository of good practices developed inside a prison institution.

Keywords: Organizational Memory. Pedagogical practices. Knowledge management.

AGRADECIMENTOS

Eternamente, a Deus.

Aos meus pais, Luzia (in memorian) e Yoshihiro que sempre exigiram seriedade com a educação e respeito aos educadores.

Ao meu núcleo familiar que por várias vezes soube compreender minhas ausências e impaciências.

À Profa. Dra. Ely Mitie Massuda, que orientou esta pesquisa, agradeço por todo apoio, disponibilidade e atenção a mim dedicada durante o desenvolvimento deste trabalho. Sempre será figura de referência pessoal e profissional para mim.

À Profa. Dra. Letícia Fleig Dal Forno, coorientadora pelo carinho, pelas ricas colaborações e atenção sempre.

À Profa. Dra. Regiane Macuch, que além da competência ao ministrar sua disciplina, demonstrou todo tempo em seu olhar, um olhar de MÃE. Gratidão sempre.

Ao Profº Dr. Lucas por disponibilizar o programa N Vivo. Muito obrigada.

A todos os docentes do Programa de Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações pela seriedade e compromisso.

Aos funcionários do Programa, principalmente pelo respeito e agilidade em atender nossas demandas, fossem elas administrativas ou até mesmo pessoal.

Às colegas de trabalho e curso, Azinete e Vilma principalmente por dar amparo nos momentos de desânimo e cansaço.

Aos docentes do CEEBJA Professora Tomires que aceitaram participar das entrevistas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por viabilizar os Programas de pós-graduação Stricto Sensu no Brasil.



Coisas que nos
parecem impossíveis,
só podem ser
conseguidas com uma
teimosia pacífica.

Mahatma Gandhi

 PENSADOR

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Espiral do Conhecimento.....	22
Figura 2- Processo de Memória Organizacional	27
Figura 3- Atividades Educacionais no Paraná.....	36
Figura 4- Faixa etária da população privada de liberdade em Maringá	37
Figura 5- Fluxograma da trajetória no cumprimento da pena	38
Figura 6- Penitenciária Estadual de Maringá - parte externa	44
Figura 7 - Penitenciária Estadual de Maringá- parte interna.....	44
Figura 8 - Colônia Penal Industrial de Maringá.....	45
Figuras 9 e 10 - Sala de aula Casa de Custódia de Maringá.....	46
Figuras 10 - Sala de aula Casa de Custódia de Maringá	46
Figura 11 - Dendograma das estruturas que baseiam as práticas organizacionais	54
Figura 12 - Nuvem de palavras construída a partir das entrevistas com docentes do Ceebja – Professora Tomires Moreira de Carvalho relativa à questão 1.....	59
Figura 13 - Nuvem de palavras relativa a análise das entrevistas da questão 2	62
Figura 14 - Nuvem de palavras relativa a análise das entrevistas da questão 3	64
Figura 15 - Nuvem de palavras relativa a análise das entrevistas da questão 4	66
Figura 16 – Nuvem de palavras relativa a análise das entrevistas da questão 5	69

LISTA DE TABELAS

Tabela1- Perfil da população privada de liberdade no estado do Paraná	37
Tabela 2- Perfil Sociodemográfico dos Profissionais do CEEBJA Tomires – participantes entrevistados.....	51
Tabela 3 – Palavras mais frequentes na questão 1.....	58
Tabela 4 – Palavras mais frequentes na questão 2.....	61
Tabela 5 – Palavras mais frequentes na questão 3.....	63
Tabela 6 – Palavras mais frequentes na questão 4.....	66
Tabela 7 – Palavras mais frequentes na questão 5.....	68

LISTA DE SIGLAS

CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
DEPEN	Departamento Penitenciário
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESEDH	Escola de Educação em Direitos Humanos
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
GC	Gestão do Conhecimento
INFOPEN	Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MO	Memória Organizacional
PEESP	Plano Estratégico de Educação do Sistema Prisional
PPL	População Privada de Liberdade
SECAD	Secretaria de Educação Continuada
SEJA	Sistema Educação de Jovens e Adultos
SISU	Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	16
1.1.1 Objetivo geral	16
1.1.2 Objetivos específicos	16
1.2 JUSTIFICATIVA.....	17
1.2.1 Aderência do tema ao PPGGCO	17
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO	18
2.1.1 Dimensões da criação do conhecimento	21
2.2 GESTÃO DO CONHECIMENTO NO ESPAÇO ESCOLAR.....	22
2.3 MEMÓRIA ORGANIZACIONAL	24
2.3.1 Memória organizacional em ambiente escolar	26
2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	28
2.5 EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL E NO PARANÁ.....	29
2.6 ESPAÇOS EDUCACIONAIS E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA EJA PRISIONAL.....	38
2.6.1 Aspectos legais	38
2.6.2 Proposta Pedagógica da EJA Prisional	40
2.6.3 CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho	43
3 METODOLOGIA	48
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	51
5 ANÁLISE QUALITATIVA	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	80
ANEXO I- Parecer Consubstanciado do CEP.....	80
ANEXO II-Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).....	83
ANEXO III- Requerimento para autorização de realização da pesquisa científica	84
ANEXO IV-Termo de Compromisso da Pesquisa Científica	86
ANEXO V- Roteiro de submissão de projetos à SEED	89
ANEXO VI- Concordância da instituição coparticipante	91
ANEXO VII- Termo de concordância do NRE para unidade cedente.....	92
ANEXO VIII- Termo para autorização de uso da pesquisa	93
ANEXO IX- Autorização de pesquisa- DEPEN	95
ANEXO X- Declaração de autorização do local	96
ANEXO XI- Concordância da instituição coparticipante-CPIM	97
ANEXO XII- Concordância da instituição coparticipante- PEM	98
ANEXO XIII – Matriz estrutural.....	99

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível fundamental e médio foi implantado a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), garantido pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001). A oferta da EJA no Brasil fundamenta-se na Declaração de Hamburgo no qual se constata que “a educação é um poderoso instrumento em favor da democracia, justiça e igualdade, além de ser um requisito fundamental na construção de uma sociedade mais justa, menos desigual” (UNESCO, 1997, p. 19). Trata-se de estabelecer um direito à educação para todos que dele não tiveram acesso, dentre eles, sujeitos em privação de liberdade, garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 1996) e Lei de Execuções Penais - LEP (UNESCO, 1997).

Pensar a educação escolar nas unidades prisionais, significa pensar uma educação escolar capaz de fazer do preso um homem “[...] informado e participante do mundo em que vive, adquirindo consciência crítica que favorece a capacidade de questionar e problematizar o mundo, condição necessária para a prática social transformadora” (MELLO, 1987, p. 90).

Esta oferta educacional busca ampliar o atendimento de um maior número da população presa e procura valorizar o tempo de estudo realizado no cubículo ou cela, combinando carga horária de estudos presencial e a distância. No Paraná, como em outros estados do Brasil, a Lei 7.210/84 (BRASIL, 1984) em seu art. 126 dispõe que a cada 12 horas de estudo ou trabalho, é comutado um dia na pena.

No Brasil, do total de 726 mil pessoas que se encontravam privadas de liberdade, cerca de 12% exerciam algum tipo de atividade educacional em 2017 (BRASIL, 2017). No Paraná, no mesmo ano, terceiro estado com a maior população carcerária do país com cerca de 51,7 mil pessoas, 14% frequentavam atividades educacionais (BRASIL, 2017). Em Maringá (PR), o programa EJA de nível fundamental e médio em unidade prisional, iniciou suas atividades em 13 de maio de 1996, junto aos internos da Penitenciária Estadual de Maringá (PEM). Conforme dados obtidos através do sistema de consulta Sistema de Educação de Jovens e Adultos do Paraná (SEJA) (PARANÁ, 2019). No período de 2014 a 2019, o CEEBJA Tomires Moreira de Carvalho concluiu 54 educandos nas séries iniciais do Ensino Fundamental, 112 nas séries finais do Ensino Fundamental e 44 no Ensino Médio.

Esta já é uma realidade que vem acontecendo com suporte na legislação. Porém, a esse respeito, muito deve ser feito para que sua efetivação cumpra a finalidade de desenvolvimento do educando, bem como, sua qualificação profissional para o trabalho e preparo para o exercício de convivência social. Assim, abordar questões relacionadas a oferta de escolarização a pessoas

privadas de liberdade, esbarra não apenas em enfoques teórico – metodológicos, mas também nas condições de disponibilizadas para a educação com o instrumento de ressocialização destas pessoas.

O cotidiano das escolas prisionais é pouco conhecido fora desse âmbito devido às características que encerram o próprio ambiente. Por exemplo, na unidade educacional de Maringá (PR), as aulas aconteciam em sala de aula em local destinado para tal e educandos e professores permaneciam no mesmo recinto, no entanto devido a várias situações de crise que ocorriam no âmbito do setor prisional, o Departamento Penitenciário Estadual em 2015, determinou-se a instalação de grades entre educandos e professores. A determinação decorreu tendo em vista os episódios de crise que ocorreram no sistema prisional do Paraná, onde algumas unidades prisionais sofreram com os motins e rebeliões no interior do presídio. Sendo assim, o Departamento Penitenciário, a fim de garantir a integridade de seus professores adotou este procedimento. A instalação das grades, criou um ambiente que se desprende da escola tradicional criando situações distintas e incomuns ao convencional. Ainda, há que se considerar não apenas o local onde se realizam as aulas, mas também o fato de que as pessoas ali se encontram estão ou estiveram em conflito com a justiça.

Por assim serem, as trocas de experiências vivenciadas pelos professores nesse espaço tornam-se imprescindíveis para o desenvolvimento das práticas pedagógicas inovadoras que visando os objetivos da oferta de educação para pessoas aprisionadas que atendam essa população com características específicas. A captura, organização, disseminação e reuso do conhecimento dos tornam-se essenciais para o desenvolvimento da escola e dos profissionais envolvidos.

Nesse processo e ao mesmo tempo, as transformações que ocorrem na sociedade do conhecimento decorrente do crescimento e avanços tecnológicos e maior acesso aos meios de comunicação se refletem no cenário educacional, exigindo mudanças de paradigmas tanto do ponto de vista social, cultural, político, tecnológico, vinculando-se à forma pela qual a informação e o conhecimento são utilizados. Para Bento *et al.* (2017, p. 244), “[...]” de uma forma geral, as organizações na era do conhecimento são instituições que aprendem e se diferenciam pelo que sabem e, principalmente, pela forma como conseguem usar o conhecimento.”

A realidade atual leva a se pensar no desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação que instaurou um novo paradigma de acumulação de capital sob o qual a informação e o conhecimento passaram a se constituir um importante recurso para as organizações (LASTRES; ALBAGLI, 1999). O conhecimento, distinguindo-se dos recursos de

produção tradicionais, caracteriza-se como recurso inesgotável que se reproduz com o seu compartilhamento. Nessa conformidade, ambientes e instrumentos que possibilitem a sua disseminação e criação de conhecimento tornaram-se elementos fundamentais para as organizações na nova era denominada como a Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento (DAVENPORT; PRUSAK, 2003; DRUCKER, 1994; STEWART, 2002).

O grande avanço não foi a tecnologia em si, mas a possibilidade da busca e disseminação de informações. Contudo, apesar da tecnologia e da internet serem canais fundamentais de acesso a informações, nem todos possuem condições de acesso a esses instrumentos e mesmo que o acesso às informações ocorra isto não é garantia de transformação da informação em conhecimento. Para que a informação se transforme em conhecimento, as pessoas precisam passar por processos cognitivos e motivacionais, reflexão e criatividade (McCAMPBELL; CLARE; GITTERS, 1999).

Nesse intuito a gestão do conhecimento busca compreender o conhecimento, como ele é produzido, aplicado e gerenciado nas organizações. Para Terra (2005, p. 2) a gestão do conhecimento “se ocupa, portanto, dos processos gerenciais e infraestrutura física e digital que facilitam, favorecem e estimulam os processos humanos de criação, compartilhamento e uso de conhecimentos individuais e coletivos”. Dessa forma, a adequada utilização do conhecimento e dos conceitos que o compõem, tornam-se fatores favoráveis à organização, principalmente no que se refere às ações e processos de tomada de decisão e de elaboração de estratégias. Choo (2006, p. 28) destaca que “novos conhecimentos permitem à organização desenvolver novas capacidades, criar novos produtos e serviços, aperfeiçoar os existentes e melhorar os processos organizacionais”.

Para Prusak (2001), Gestão do Conhecimento pode ser entendida como um elemento importante para as organizações para organizar suas práticas de maneira sistemática. Wiig (2002) define a Gestão do Conhecimento como sendo a construção, renovação e a aplicação deste de forma sistemática, explícita e deliberada para maximizar a efetividade organizacional e o retorno de seus ativos de conhecimento.

As instituições de ensino enquanto organizações que produzem conhecimento devem gerenciá-los, pois conforme Alnashri (2015) o conhecimento deve ser entendido como um requisito para evolução e transformação, trazendo assim, benefícios para a instituição.

Nesse quadro, a Memória Organizacional (MO) surge como uma das práticas de Gestão do Conhecimento, como ativo da organização do conhecimento, que estende e amplia conhecimento por meio da captura, organização, disseminação e reuso do conhecimento gerado pelos profissionais da organização (CONKLIN, 1997). Dessa forma, as práticas pedagógicas

como forma de organização do trabalho pedagógico nas escolas podem, a partir da memória organizacional, tornar-se parte do patrimônio da organização, podendo ser compartilhado, recriado e reutilizado.

Entendendo-se o conceito de que “a memória organizacional pode ser entendida como informações guardadas que contam a história dos processos organizacionais que podem ser lembradas e utilizadas em futuras operações” (FREIRE *et al.*, 2012, p. 44). O que se constitui-se uma prática da Gestão do Conhecimento que pode facilitar o compartilhamento e criação do conhecimento, desenvolvendo uma cultura organizacional de criação, transferência e o uso do conhecimento, surge a indagação: de que forma os professores e gestores percebem a memória organizacional em relação às suas práticas pedagógicas em unidade escolar de instituição prisional?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a percepção da memória organizacional de práticas pedagógicas de Professores e Pedagogos de um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos que atende educandos temporariamente privados de liberdade.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Relatar a trajetória da Educação Prisional no Brasil e Paraná.
2. Identificar e entender na literatura os principais modelos de memória organizacional existentes.
3. Contextualizar as experiências pedagógicas dos professores atuantes no CEEBJA sobre as melhores práticas de ensino, com base os modelos teóricos de memória organizacional existentes.

1.2 JUSTIFICATIVA

É comum que as práticas pedagógicas fiquem registradas somente na oralidade, perdendo-se rapidamente ou sendo postas em prática somente de forma superficial, deixando de se tornar elemento efetivo de decisões do grande grupo. A inexistência do hábito de registro das ações, das informações e dos conhecimentos aprendidos, o descaso com a reutilização de práticas anteriores que deram certo impedem a agilidade nas tomadas de decisão. Embora a escola tenha nas suas práticas preocupação com a questão do registro formal, existe pouca referência à forma como este registro é realizado no cotidiano escolar.

Estar atuando na coordenação pedagógica e direção auxiliar de uma instituição escolar que atende educandos do sistema prisional, levou a escolha do tema, por compreender que há necessidade da criação de repositório de um conjunto de boas práticas desenvolvidas no interior de uma instituição inserida no interior de uma unidade penal. Ao explicitar conceitos próprios da memória organizacional presentes no espaço público, discutindo-os especificamente no âmbito do espaço escolar e a partir das práticas desenvolvidas pelos professores e pelos pedagogos, permitirá, certamente, contribuir para a instalação da prática na instituição de estudo.

1.2.1 Aderência do tema ao PPGGCO

O tema da pesquisa memória organizacional e sua aplicação no espaço escolar do sistema prisional, relaciona-se com o PPGGCO na linha de pesquisa Educação e Conhecimento. Compreende a memória organizacional enquanto uma prática da Gestão do Conhecimento. Estando esses processos organizados, é possível melhorar o desempenho das práticas realizadas. A Gestão do Conhecimento fornece benefícios a empregados individuais, às comunidades de prática e para organização em si (DALKIR, 2011).

Por se tratar de uma pesquisa sobre como se processam a socialização da informação e o conhecimento retiradas das práticas pedagógicas e desenvolvidas no interior do espaço público escolar, pode-se afirmar que o estudo está diretamente ligado aos objetivos do Programa de Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção tem-se a abordagem das concepções teóricas que embasam o foco desta pesquisa quanto a importância da Gestão do Conhecimento e a Memória Organizacional para as organizações.

2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO

Drucker (1999) conceitua conhecimento como sendo a informação eficaz em ação, focalizada em resultados e afirma que ao contrário simplesmente de informação, conhecimento está diretamente relacionado com movimento e ação, sem restringir-se apenas no âmbito individual, mas sim disseminado e compartilhado, estimulando e desenvolvendo novas habilidades que favoreçam o crescimento pessoal e profissional dos indivíduos.

[...]Conhecer é transformar o objeto e transformar-se, a origem do conhecimento é o trabalho humano, pois é construído socialmente. Só há aprendizagem quando o homem, em suas interações com o mundo, supera desafios e transforma essa realidade. Afirmam que o conhecimento pode ser visto como um conjunto de informações reconhecidas e integradas pela pessoa dentro de um esquema existente, isso significa que as informações são transformadas em conhecimento por meio da intervenção de pessoas, seja reconhecendo estas informações ou integrando-as, sendo o conhecimento uma relação entre o sujeito e o objeto (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 18).

Segundo Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento é uma crença verdadeira e justificada, não sendo absoluta devido as experiências, crenças e bagagens individuais de cada ser humano.

Este termo tem se destacado na atualidade, inclusive nos meios corporativos, devido seu caráter relevante na manutenção e adaptação estratégica da organização, contudo, quando se aborda o tema conhecimento faz-se necessário abrir um parêntese e elucidar três conceitos: dados, Informação e conhecimento.

Davenport e Prusak (1998) apontam que dados são facilmente estruturados e podem ser armazenados e manipulados por máquinas e acrescentam que os “dados nada dizem sobre a própria importância ou relevância. Porém, os dados são importantes para as organizações porque são matéria-prima essencial para a criação de informação” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 3).

A informação, por sua vez, possui muita relevância e exige a intermediação humana para interpretá-la, dando-lhe significado (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). Conforme os autores caracterizam-se como um fluxo ordenado do processamento de dados que resultam em documentos ou outros meios de comunicação audível e/ou visível, com significado, relevância e propósito, além também de possuir um emissor e um receptor da mensagem.

Já o conhecimento está além da simples informação, pois se diferencia não apenas pela significação, mas também pela aplicabilidade de seu teor, podendo ser considerado uma aglutinação das experiências, valores e informações. Torna-se resultado da integração das informações e experiências vivenciadas pelo indivíduo, gerando, a partir daí novas habilidade e competências (DAVENPORT, 2004).

Nesse sentido, Drucker (1999) conceitua conhecimento como sendo a informação eficaz em ação, focalizada em resultados. Nonaka e Takeuchi (1997, p. 63), compreendem que “o conhecimento, ao contrário da informação, diz respeito a crenças e compromissos”. Afirmam, ainda, que o conhecimento é função de uma atitude, perspectiva ou intenção específica e, ao contrário da informação, o conhecimento está relacionado à ação. Os autores consideram o conhecimento como sendo um processo humano dinâmico de justificar a crença pessoal, sendo específico ao contexto relacional. Ainda afirmam que é necessário que se crie conhecimento organizacional, impedindo que o conhecimento seja mantido apenas no âmbito individual e, sendo assim, as organizações só aprendem por meio de indivíduos que aprendem, mas a aprendizagem individual não garante a aprendizagem organizacional.

No ambiente corporativo, as organizações têm buscado converter dados e informações em conhecimento. De acordo com Davenport e Prusak (1998), a Gestão do Conhecimento é o conjunto de atividades relacionadas com a geração, codificação e transferência do conhecimento. Ainda conforme os autores, a Gestão do Conhecimento deve atender os seguintes objetivos, mantendo o foco no conhecimento e não no dado ou na informação:

- criar um repositório de conhecimento constituído de: conhecimento externo, conhecimento interno estruturado e conhecimento interno informal;
- melhorar o acesso ao conhecimento através de estabelecimento de rede de contato com especialistas;
- desenvolver um ambiente e uma cultura organizacional que estimulem a criação, a transferência e o uso do conhecimento;

- gerenciar o conhecimento como um recurso mensurável por meio de auditorias internas.

Assim sendo, gerir o conhecimento é cada vez mais necessário nos ambientes de trabalho, seja uma organização ou um espaço educacional. No atual contexto de mudanças tecnológicas e organizacionais, exige-se cada vez mais a capacitação de pessoas, tornando-as valiosas enquanto capital intelectual em atividade. Para Stewart (1998) o capital intelectual caracteriza-se pela junção do conhecimento que os colaboradores possuem proporcionando uma vantagem competitiva.

Esta atividade é fundamental para um gestor, uma vez que, todos podem se beneficiar do conhecimento alheio, transformando-o em um recurso estratégico responsável pelo crescimento econômico e social tornando a organização cada vez mais eficiente.

O processo de gerir eficientemente o conhecimento está, ainda de acordo com Nonaka e Takeuchi (1997), diretamente relacionado com a aprendizagem organizacional, uma vez que a mesma envolve aprender e ter domínio sobre algum tipo de conhecimento garantindo que o capital intelectual futuro da organização a manterá viável e competitiva.

O capital intelectual é um ativo ou conhecimento compartilhado utilizado para criar valor. Edvinsson e Malone (1998) apontam dois fatores essenciais para esse ativo: capital humano que trata do conhecimento, experiências e inovação dos colaboradores e capital estrutural que referem aos sistemas de informação, banco de dados e toda capacidade organizacional.

[...] as partes visíveis da árvore, tronco, galhos e folhas, representam a empresa conforme é conhecida pelo mercado e expressa pelo processo contábil. Os frutos produzidos por essa árvore representam os lucros e os produtos da empresa. As raízes, massa que está debaixo da superfície, representam o valor ocultos, nem sempre relatada pela contabilidade. Para que a árvore floresça e produza bons frutos, ela precisa ser alimentada por raízes fortes e saudáveis [...] (EDVINSSON; MALONE, 1998, p. 28).

Os recursos devem ser canalizados para criar novos conhecimentos e reforçar o conhecimento existente. Em nível tático, a incapacidade de localizar e aplicar o conhecimento para responder a uma necessidade existente resulta em uma oportunidade perdida. No nível estratégico, proporciona a perda de competitividade e viabilidade organizacional.

Tomando esta concepção pode-se inferir que todas as atividades realizadas nas organizações passam pelo processo de aprendizagem. Todavia, o processo de aprendizagem não implica, necessariamente, na existência de sua gestão. O conhecimento que um colaborador

possui, por exemplo, pertence a ele e se não for disseminado e nem usado pela organização, passa a ser, apenas, um conhecimento individual (DIBELLA; NEVIS, 1999).

Segundo Choo (2006), as comparações dos fatos presentes com as experiências passadas têm como objetivo a construção do significado. A criação de significado, segundo o autor, é um processo social contínuo em que os indivíduos observam fatos passados, recortam pedaços de experiências e selecionam determinados pontos de referência a fim de produzir uma rede de significados. O resultado da criação de significado é um ambiente interpretado ou significativo dentro das organizações, o que gera ambientes interpretativos e interpretações comuns, que servem de contextos e guias significativos e plausíveis para a ação organizacional.

2.1.1 As dimensões da criação do conhecimento

Para Minioli e Silva (2013), na dimensão ontológica, o conhecimento só é criado por indivíduos. Portanto, as organizações apoiam os indivíduos criativos ou lhes proporcionam contextos para a criação do conhecimento. Polanyi (1966) classifica conhecimento em tácito e explícito, afirmando que o conhecimento tácito é pessoal, subjetivo e não é fácil de ser formalizado dificultando a sua transferência e compartilhamento. Sua transmissão acontece por meio do convívio diário, sendo possível sua aquisição a partir da interação com quem o transmite, já o conhecimento explícito é um conhecimento formal, já registrado. O conhecimento tácito e o conhecimento explícito se completam e relacionam-se entre si, possibilitando maiores benefícios para a organização.

A conversão do conhecimento tácito para explícito e tácito, em contínuo processo espiral de criação, transferência e inovação, é o principal objeto de estudo da gestão do conhecimento, conforme apresentam Nonaka e Takeuchi (1997). Para que o conhecimento organizacional seja criado, segundo apontam os autores, é preciso converter os conhecimentos tácito e explícito dos indivíduos em conhecimento amplificado na organização. O processo de criação do conhecimento ocorre através da espiral do conhecimento, composto por quatro modos de conversão: socialização, externalização, combinação e internalização (Figura 1).

Figura 1- Espiral do conhecimento

Fonte: Nonaka e Takeuchi (2008, p. 23).

Assim, a espiral do conhecimento percorre etapas cíclicas, cabendo a socialização converter o conhecimento tácito em tácito acontecendo a interação entre os funcionários. A externalização trata de converter o conhecimento tácito em explícito, sendo o conhecimento tácito transmitido a partir da linguagem escrita para que esse conhecimento seja externalizado e facilmente disseminado. Na combinação ocorre a combinação de conhecimentos explícitos, sendo necessário sistematizar e aplicar o conhecimento explícito e a informação. Internalização é o conhecimento operacional que ocorre por meio da interpretação do conhecimento explícito registrado em livros, manuais e outros documentos da instituição (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

2.2 GESTÃO DO CONHECIMENTO NO ESPAÇO ESCOLAR

No espaço escolar, a Gestão do Conhecimento oportuniza a socialização do conhecimento tácito do professor e do pedagogo tendo em vista a melhoria do processo ensino aprendizagem, possibilitando também a capacidade de compartilhamento do conhecimento promovendo uma cultura de aprendizagem no ambiente escolar (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

Neste ambiente, a gestão do conhecimento pode ser vista como uma ferramenta que possibilita aos professores aprimorarem a comunicação, desenvolvendo um conjunto de práticas ou estratégias de conhecimento para coletar informações e compartilhar o que eles

sabem. Tal propósito ou proposição no contexto educacional repercute em ações que melhoram os resultados de ensino e aprendizagem e capacidade de aprendizagem escolar.

Os desafios contemporâneos educacionais repercutem na necessidade de a escola ser vislumbrada como um espaço e um ambiente de relevância e significância para a promoção de abordagens e ações que relacionem o social e o educacional, de forma que dá “a ideia da importância social da GC nos processos educacionais tanto para caracterizar as organizações educativas como para a necessidade de formar ou educar” (LLARENA; DUARTE; SANTOS, 2015, p. 224).

Nota-se, assim, que a Gestão do Conhecimento e suas práticas são estratégias eficientes para que as escolas alcancem êxito em seus processos de ensino aprendizagem, sendo elas produtoras e disseminadoras do conhecimento. O modo como a escola funciona - suas práticas de organização e de gestão fazem a diferença em relação aos resultados escolares dos alunos (LIBÂNEO, 2004).

As instituições de ensino são as organizações de máxima produção do conhecimento. Nas atividades diárias de ensino, os colégios têm que obter, armazenar, compartilhar, utilizar, produzir e gerenciar conhecimentos com objetivo de educar os alunos de forma eficaz e neste momento de mudanças vertiginosas é preciso trabalhar a importância do conhecimento tácito (SOUZA; KURTZ, 2016, p. 48).

As instituições de ensino, enquanto organizações que produzem conhecimento, também devem gerenciá-los. Gerenciar o conhecimento no espaço educacional repercute em intensificar seus recursos, o tempo, o espaço, bem como estabelecer a cultura de aquisição e compartilhamento do conhecimento, ponderando o significado da mediação e reconhecendo os capitais intelectuais e a interatividade dos recursos humanos (LLARENA; DUARTE; SANTOS, 2015).

A Gestão do Conhecimento no espaço escolar é promotora de um melhor entendimento dos processos informacionais, ocasionando uma repercussão e uma compreensão mais significativas da tomada de decisões para viabilizar melhores resultados educacionais. Como também “pode colaborar, por intermédio de práticas de processos organizacionais, para promoção e efetividade do compartilhamento de conhecimentos, aplicação de conhecimentos, criatividade e inovação nas organizações escolares” (MACHADO; URPIA; DAL FORNO, 2019, p.106).

Ao implementar as práticas de Gestão do Conhecimento as instituições de ensino podem aprimorar os processos de criação do conhecimento educacional, pois a utilização de “técnicas necessárias, recursos humanos, estrutura organizacional flexível, além da cultura de apoio, são

fatores significativos, tão cruciais para a produção do conhecimento e disseminação como cultura dentro de qualquer organização” (ALNASHRI, 2015, p. 193).

A forma como as instituições escolares organizam e usam as informações e conhecimentos construídos no seu interior e a forma como as mesmas tornam estes conhecimentos disponíveis para dar sentido às mudanças do ambiente interno e externo demonstram o quanto elas se preocupam com o conhecimento gerado internamente e o registro das mesmas (PARANÁ, 2016).

Dixon (2000), relaciona o conceito de capacidade de aprendizagem a competência organizacional visto que ambas necessitam de estratégias de conhecimento, como transferir conhecimento para refletir novos conhecimentos e significados.

Senge (2007), descreve que as escolas que se identificam como aprendentes são percursoras na promoção de um processo de compartilhamento e inovação. Considerando-se que a capacidade de aprendizagem escolar é o processo de aumentar a competência de ensino dos professores ou de melhorar os modelos de gestão escolar que permitem que a escola seja mais responsiva e flexível como organização (HARGREAVES *et al.*, 1998).

Assim, as interpretações e construções individuais e coletivas sobre os problemas e decisões tomadas, bem como as lições aprendidas sobre o ambiente escolar, passam a fazer parte das reflexões sobre a sua realidade interna e de seus registros, constituindo, assim, sua Memória Organizacional.

2.3 MEMÓRIA ORGANIZACIONAL

Segundo Lehner e Maier (2000), o termo “Memória Organizacional” foi utilizado pela primeira vez no trabalho de Hedberg (1981), para designar a estrutura cognitiva do processamento de informações. Na prática, esta definição não era um termo técnico e sim parte da tradição da aprendizagem organizacional (LEHNER; MAIER, 2000).

Em ambientes de rápidas mudanças, torna-se importante para as organizações aprender por experiência própria ou pela absorção das experiências de terceiros. O conhecimento resultante da aprendizagem precisa, para tanto, ser codificado, armazenado e posteriormente recuperado para que seja útil (LEVITT; MARCH, 1988). Gestão do conhecimento não se realiza somente com o conhecimento construído e disseminado no presente, mas sim a partir da geração, armazenamento, compartilhamento e reutilização de todo conhecimento tácito e explícito.

A memória organizacional, segundo Hatami, Galliers e Huang (2003), é um instrumento de retenção do conhecimento organizacional que possibilita armazenar o conhecimento tácito explicitado das mentes humanas, bem como também contribuir para o aprendizado por meio de experiências passadas e sustenta os processos decisórios. Nos trabalhos realizados pelas organizações, a memória organizacional promove o compartilhamento e reuso do conhecimento corporativo, individual e de lições aprendidas.

Walsh e Ungson (1991, p. 61), afirmam que a memória organizacional refere à [...] “informações armazenadas na história organizacional, que podem ser recuperadas para apoiar a decisões no presente”. Para Ramos (2011), o conceito de memória organizacional surge como uma necessidade das organizações em gerenciar o conhecimento produzido pelos seus colaboradores, garantindo também a identificação das lacunas e fragilidades existentes. Sendo assim, a memória organizacional pode ser descrita como um conjunto de conhecimentos que preserva, armazena e disponibiliza tanto o aprendizado obtido quanto as percepções das pessoas e suas experiências para além do momento em que elas acontecem.

A memória organizacional garante a organização, desenvolvimento e geração de novos conhecimentos a partir do histórico de boas práticas, tendo como principais elementos os processos organizacionais, documentos, rotinas, atividades, lições aprendidas, pessoas, banco de dados e tecnologias. A memória organizacional corresponde à prática de armazenamento e compartilhamento das informações necessárias para que a instituição possa utilizar em operações futuras, visto que, o gestor poderá reunir todos os processos já utilizados e reutilizar todas as informações necessárias. Esta prática garante a valorização da cultura organizacional, desencadeando assim um aprendizado contínuo.

As práticas de gestão do conhecimento, quando incorporadas a rotina da organização, possibilitam que os erros recorrentes não prejudiquem as ações da organização. O conhecimento deve estar acessível a todos possibilitando que todos da organização estejam sempre aprendendo (TERRA, 2000). A Memória Organizacional situa-se como uma das práticas voltadas à criação do conhecimento e compreende

O processo pelo qual as pessoas definem quais são os fatos relevantes e quais informações retidas pela história de uma organização merecem ser registradas. Discutem os processos de aquisição, retenção e recuperação da informação construídas no ambiente organizacional, por meio de interpretações compartilhadas (WALSH; UNGSON, 1991, p. 64).

De acordo com Minioli e Silva (2013, p. 64) “[...] se o conhecimento organizacional é o *agora*, a memória organizacional é tudo aquilo que antecede o 'agora'. Para ser reutilizado, o

conhecimento, deve antes ser registrado de alguma maneira e transformado em conhecimento coletivo da organização”.

[...] a partir do momento em que o usuário se dá ao trabalho de fazer a busca por informações e conhecimentos contidos na memória da organização, é porque ele está disposto a avaliá-los (mesmo que parcialmente) antes de tomar uma decisão ou mesmo que por fim, vá resolver um problema 'a seu modo', quer dizer, intencionalmente desprezando as experiências incorporadas pela organização. Logo, a relevância está em utilizar e avaliar aquilo que foi registrado. De nada adianta fazer registros se não estiver incorporado nos indivíduos o hábito de buscá-los e recuperá-los, ou seja, este processo é o que distingue uma organização que somente registra de outra que efetivamente utiliza a sua memória corporativa (SPILLER; PONTES, 2007, p. 6).

Spiller e Pontes (2007), acrescentam também que isto não significa que o usuário de memória organizacional necessite utilizar uma solução pronta quando a encontra, contudo deverá refletir e analisar sobre a sua aplicabilidade para o contexto presente, cabendo a ele sua utilização ou não.

2.3.1 Memória organizacional em ambiente escolar

No âmbito educacional, o registro das práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar pode utilizar a prática da memória organizacional para registro de sua prática. A organização da memória organizacional evita que o conhecimento pedagógico construído se perca no momento em que algum docente se ausente da instituição, haja vista situações de remoção ou mesmo os processos de aposentadoria.

O conhecimento pedagógico que acaba sendo ignorado e impossível de ser compartilhado para que possam orientar as futuras reflexões sobre as práticas pedagógicas.

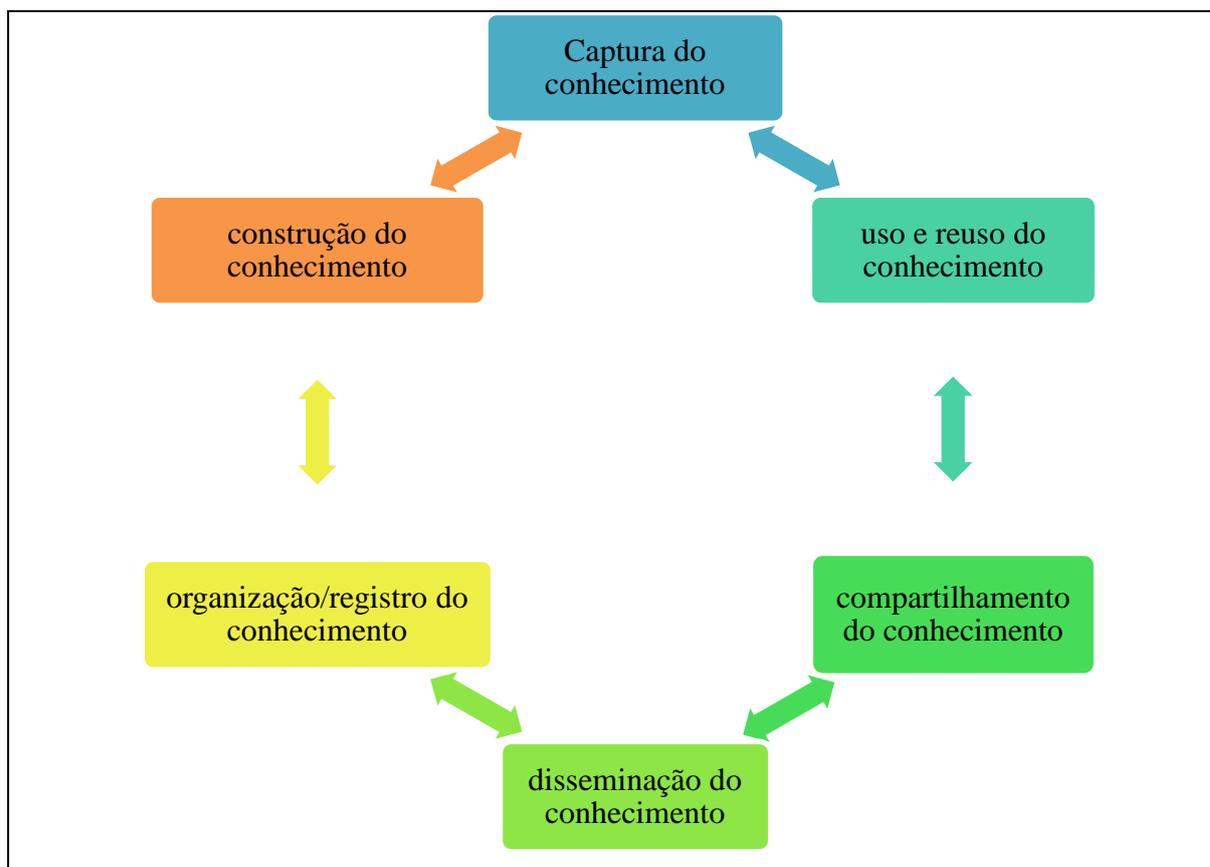
[...] o próprio fato de escrever, sobre sua própria prática, leva o professor a aprender através da sua narração. Ao narrar a sua experiência recente, o professor não só a constrói linguisticamente, como também a reconstrói ao nível do discurso prático e da atividade profissional. Quer dizer, a narração constitui-se em reflexão (ZABALZA, 1994, p. 85).

A memória organizacional compreende a representação explícita do conhecimento e da informação relativa ao conhecimento implícito do professor e do pedagogo e que compõe o conhecimento prático de uma organização e está relacionada a capacidade de registrar e de refletir sobre as experiências realizadas com a finalidade de reformular os resultados

alcançados. A partir da construção da memória organizacional, a instituição de ensino poderá desenvolver uma nova percepção de sua realidade, agregando as práticas registradas.

De acordo com Minioli e Silva (2013), o processo de memória organizacional referente às práticas pedagógicas no espaço escolar compreendem: a captura do conhecimento, construção do conhecimento, organização/registro; disseminação; compartilhamento; reuso das informações, representadas na Figura 2.

Figura 2 - Processo de Memória Organizacional



Fonte: A autora (2019). Adaptado de Minioli e Silva (2013).

Conforme Minioli e Silva (2013), a captura do conhecimento diz respeito a aquisição do conhecimento, divulgadas formalmente ou não, vinculadas às práticas pedagógicas. A construção do conhecimento refere-se ao reconhecimento e incentivo de ações que contribuam para a geração de conhecimento e que fortaleçam as capacidades organizacionais no espaço escolar. A organização e registro, por sua vez, vincula-se à captura, registro e sistematização do conhecimento.

A disseminação, trata da difusão das informações já registradas para uso dos interessados. O compartilhamento, por sua vez, consiste na troca entre os interessados de

conhecimentos, informações e experiências. Por fim, reuso das informações equivale ao uso do que foi capturado, compartilhado, disseminado para decisões atuais.

Para Abecker *et al.* (1998), o processo de memória organizacional no espaço escolar compreende: Captura do conhecimento - obtenção de informações relacionadas à prática pedagógica; Construção do conhecimento - identificação de atividades que geram conhecimentos; Organização e registro- sistematização do conhecimento construído e armazenado; Disseminação- disponibilização da informação registrada; Compartilhamento, socialização das experiências e conhecimentos gerados no espaço escolar; Reuso das informações- Aplicação do conhecimento adquirido através de práticas anteriores.

Conforme Santos *et al.* (2018), em razão das rápidas mudanças no atual contexto, as organizações necessitam reter conhecimento e a memória organizacional pode ser um aliado para que o conhecimento possa ser útil.

2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A prática educativa na Educação de Jovens e Adultos deve promover a interação entre professor e aluno. Esta prática deve ser dinâmica e problematizadora, desenvolvendo a autonomia intelectual do aluno.

Aprender é uma atividade eminentemente sociocultural, ou seja, há uma determinação social e histórico-cultural da formação humana, ela não é um processo natural, espontâneo, ela implica uma ação pedagógica, uma intencionalidade, um ensino sistemático (LIBÂNEO, 2011, p. 92).

As práticas pedagógicas devem mobilizar os alunos a construir novos conhecimentos, superando o “saber enciclopédico”. Trata-se de apropriar-se de conhecimentos sob o aspecto histórico, político, cultural e social, articulando conhecimento escolar e saberes adquiridos ao longo de sua vida (FREIRE, 1987).

Freire (1987), contestava a educação bancária, acrítica e desconectada da realidade dos homens, destacando que

Educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo encha de conteúdo, não pode basear-se numa consciência especializada mecanisticamente compartimentada, mas nos homens como corpos conscientes e na consciência com consciência intencionada ao mundo. Não pode ser o depósito de

conteúdo, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE,1987, p. 38).

O autor ainda aponta que a prática educativa deva acontecer de forma contextualizada às necessidades da pessoa, tornando-se uma prática pedagógica dialógica e contextualizada onde as melhores oportunidades de aprendizagem são oportunizadas, provocando a reflexão sobre seu papel social, da capacidade de mudar a si e a realidade letrada.

Faz-se necessário que os professores conheçam e valorizem as culturas locais aos valores considerados universais, e assegurar percursos individualizados e conteúdos significativos em atendimento às diferentes necessidades dos sujeitos da EJA, observando a liberdade de pensamento e de opinião, a igualdade, a solidariedade, dado que são essenciais para que os alunos venham a ser pessoas conscientes dos seus direitos e deveres e desenvolvam capacidade crítica, não só para sobreviver em sociedade, mas também para tornar participantes ativos.

2.5 EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL E NO PARANÁ

A oferta de educação básica dentro dos estabelecimentos prisionais está amparada por documentos legais que compreendem que a educação é um direito humano público e subjetivo. A Constituição Federal de 1988 (art. 205) já destaca que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 123).

Estabelece também (art. 208) que o dever do Estado na garantia do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurando, inclusive, “sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988, p. 123).

No contexto prisional paranaense, para todos os jovens e adultos, o direito à educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade é um direito humano essencial para a realização da liberdade e para que esta seja utilizada em benefício a toda a sociedade. Desta forma, ao se abordar a educação para este público é importante ter claro que os reclusos, embora privados de liberdade, mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais, como é o caso da integridade física, psicológica e moral. O acesso ao direito à educação lhes deve ser assegurado universalmente na perspectiva acima delineada e em respeito às normas que o asseguram.

A Lei de Execução Penal Brasileira (Lei N° 7.210, de 11/7/84), marco legal mais importante na área, determina expressamente que os estabelecimentos devem oferecer assistência educacional aos presos e presas. Nos artigos 17 a 21, esta assistência é definida a partir dos seguintes parâmetros: (a) obrigatoriedade do Ensino Fundamental; (b) ensino profissional ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico; (c) possibilidade de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados; (d) previsão de dotar cada estabelecimento com uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 2010).

Para dar operacionalidade ao texto dessa lei, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, por meio da Resolução N° 14, em 11 de novembro de 1994, editou as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, fruto de decisões tomadas em Congressos internacionais sobre justiça penal, buscando superar os principais problemas enfrentados nas prisões brasileiras : superlotação, deterioração da infraestrutura, rebeliões , tornando necessário e urgente que o governo e a sociedade compreendessem a pena e a prisão em função de objetivos e metas educacionais e não mais como mero instrumento de controle social, de punição e de segregação (BRASIL, 2010).

A educação é a ferramenta mais eficiente para alavancar o crescimento pessoal. Tão importante que assume o status de Direito Humano fundamental, conforme aponta o No Plano Estadual de Educação do Paraná.

A educação é um bem valioso. É a mais eficiente ferramenta para alavancar o crescimento pessoal. É tão importante que assume o status de Direito Humano fundamental, pois deve ser vista como parte integrante da dignidade humana e aquilo que contribui para ampliá-la como conhecimento, saber e discernimento (PARANÁ, 2014, p. 12).

A maioria das pessoas presas no sistema prisional brasileiro, são jovens oriundos das camadas sociais mais pobres, negros e já marginalizados socialmente, que não tiveram acesso à educação ou foram excluídos deste processo e também não tiveram acesso à formação profissional.

[...] seja no Rio de Janeiro, em Nova York, Paris, Buenos Aires, ou Cingapura. Deve-se convir que o interno penitenciário é, em sua grande maioria, excluído de direitos sociais relevantes. Neste sentido, segundo a corrente teórica fundamentada na Criminologia Crítica, parece correto supor que o sistema penal foi instituído socialmente com o objetivo de aprisionar as mazelas sociais, escamoteando as chagas abertas pela exclusão e pela ganância por poder, geradas pelas lutas de classes.

Conforme afirma Wacquant (2001), em detrimento de uma política social investe-se demasiadamente em políticas de execução penal (JULIÃO, 2010, p. 530).

São pessoas que já estavam em uma situação delicada, e caso o sistema penitenciário não ofereça condições necessárias de tratamento penal, jamais poderão retornar à sociedade como cidadãos de bem. São jovens e adultos que não tiveram oportunidades de estudar na idade certa e precisaram voltar à rede de ensino.

Muitos desses jovens e adultos participavam da garantia da sobrevivência de suas famílias. Trazem em suas relações sociais, culturais e afetivas especificidades de conhecimento, memória, religiosidade e de política. Estas devem então ser incorporadas ao saber escolar. Diante disso, a escola pode assumir o papel de ser mais um agente de aprendizagem, além de tantos outros espaços já incorporados à prática cotidiana desses sujeitos (PARANÁ, 2016).

A escola no interior das unidades prisionais deve ter como função o desafio de desconstruir a concepção de que aquele espaço é um ambiente de desumanidades e negação de direitos. A educação deve ser um instrumento de resgate da dignidade humana, de desenvolvimento do pensamento reflexivo, da atividade criadora e inovadora.

É no espaço escolar que a marca do crime pode ser amenizada, uma vez que ali o sujeito encarcerado é apenas sujeito da ação pedagógica desenvolvida, e essa é uma condição de preparação para a vida em sociedade de valor inestimável para esse indivíduo que deverá, após o cumprimento de sua pena e ressocializado poderá estabelecer relação diferente com a sociedade, no sentido de que ao receber educação, a pessoa em situação de privação de liberdade estará em condições de reintegrar-se à sociedade (PARANÁ, 2016).

A oferta de educação prisional tem um caráter ressocializador no espaço em que atua. A educação é um direito que não pode ser negado a nenhum cidadão. Julião (2010) aponta os seguintes objetivos da educação nos espaços prisionais.

Manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; melhorar a qualidade de vida na prisão e conseguir um resultado útil, tais como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior, que sobretudo, propicie mudança de valores, pautando-se em princípios éticos e morais (JULIÃO, 2010, p. 4).

Quando o indivíduo é privado do acesso à educação, o princípio da dignidade da pessoa humana é violado. Cabe ao Estado garantir esta oferta de forma sistemática e com efetividade.

Educação é um processo de aprendizagem e aperfeiçoamento, por meio do qual as pessoas se preparam para vida. Através da educação obtém-se o desenvolvimento individual da pessoa, que aprende a utilizar do modo mais conveniente sua

inteligência e sua memória. Desse modo, cada ser humano pode receber conhecimentos obtidos por outros seres humanos e trabalhar para obtenção de novos conhecimentos (DALLARI, 1998, p. 66).

No Brasil, a regulamentação do atendimento educacional no Sistema Penitenciário ocorre somente a partir da publicação da Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (BRASIL, 1984), fica determinado que todo estabelecimento penal deve oferecer assistência educacional às pessoas presas, no entanto, não contempla a obrigatoriedade do Ensino Médio e Educação Superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, publicada em 20 de dezembro de 1996, também não contemplou os dispositivos legais específicos para a oferta de educação em espaços prisionais. De maneira geral essa legislação trata esta oferta apenas no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Esta lacuna foi corrigida no Plano Nacional de Educação (PNE), garantido pela Lei nº 10.172, Brasil (2001), em que a meta 17ª prevê:

Implantação em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescente e jovens em conflito com a lei, de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível fundamental e médio, assim como formação profissional, imputando ao MEC o fornecimento de material didático-pedagógico (BRASIL, 2011, p. 283).

O referido plano discorre sobre o acesso à educação da pessoa humana privada de liberdade em todos os estabelecimentos penais, destacando também a característica desta oferta que deve estar de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para oferta da Educação de Jovens e Adultos. Desta forma, a oferta sistemática de Educação de Jovens e Adultos a pessoas privadas temporariamente de liberdade, não deve ser considerada privilégio e, sim, um direito público subjetivo daqueles que estão custodiados pelo Estado.

A partir de 2004, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade (SECAD), o governo retoma a responsabilidade com a educação prisional, visando atender grupos e segmentos sociais excluídos do processo de escolarização ao longo dos anos (BRASIL, 2010).

A oferta de escolarização em espaços prisionais sofre variação de um estado para outro, em vários aspectos. Conforme o Parecer nº 4/2010 “convivem no país experiências diversas: ensino regular, exame supletivo, projetos e programas de alfabetização diversos, atuação de organismos públicos e de ONGs (BRASIL, 2010, p. 250).

Em 2011, foi publicado o Decreto nº 7.626, de 24/11/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Educação do Sistema Prisional (PEESP) que define competências para o Ministério da Educação e Ministério da Justiça no âmbito educacional, contemplando a educação básica na modalidade EJA e com objetivo principal de ampliar as matrículas e qualificar a oferta de educação nas prisões, educação profissional e tecnológica e a educação superior (BRASIL, 2011).

Programas como o ENCCEJA (Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos), também destacado no Plano, tem objetivo de diagnosticar a educação básica brasileira, possibilitando meios para certificar nos níveis fundamental e médio saberes adquiridos ao longo da vida, dos jovens e adultos e idosos. Nesta perspectiva esses saberes, adquiridos em diferentes espaços da vida social apontam uma educação que considera e incentiva a potencialidade e autonomia dos educandos jovens e adultos, tornando-se sujeito da aprendizagem.

O exame avalia as competências e habilidades tanto no processo escolar quanto nos processos formativos que se desenvolveram na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, dentre outros. O exame é ofertado nos estabelecimentos penais em data específica indicada pelo Ministério da Educação.

A partir de 2010 o Inep passou a publicar Edital específico para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para pessoas privadas de liberdade (PPL), cujo objetivo é obter avaliação do desempenho do educando ao final da Educação Básica e oportunizar seu ingresso ao ensino superior através de programas como SISU (Sistema de Seleção Unificada) e FIES (Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior) (BRASIL, 2010).

A aplicação do ENEM/PPL somente é realizada após os órgãos de administração prisional do Estado, indicarem as Unidades Prisionais e firmarem o Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos junto ao INEP. Nesses estabelecimentos, o responsável pedagógico da Unidade Prisional efetua as inscrições daqueles interessados em participar do ENEM, desde que preencham todos os requisitos exigidos para a participação no ENEM e todas as condições estabelecidas em edital sejam aceitas.

A instituição de Ensino que atende à unidade prisional atua como instituição de ensino credenciada para expedir Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e Médio ou Declaração de Proficiência em áreas de conhecimento do ENCCEJA e do ENEM/PPL. O Plano estabelece também que a partir da vigência do decreto, cada estado da federação deverá elaborar o Plano Estadual de Educação em Prisões (BRASIL, 2011).

A regulamentação do atendimento educacional no Sistema Penitenciário do Paraná decorre das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais aprovadas pela Resolução Nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que foram homologadas pelo Ministério da Educação por meio da Resolução Nº 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE). A Constituição do Estado do Paraná, no seu Título VII, artigo 239, também determina que “O Estado promoverá a assistência a homens e mulheres internos e egressos do sistema penitenciário, inclusive aos albergados, visando à sua reintegração à sociedade” (PARANÁ, 2012, p. 56).

A modalidade de ensino adotada nas escolas do sistema penitenciário do Paraná é a Educação de Jovens e Adultos – EJA, que é “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação” (PARANÁ, 2014, p. 95).

A EJA está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN Nº 9.394/96, no Parecer CNE/CEB Nº 11/2000, na Resolução CNE/CEB Nº 01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos Compromissos e acordos internacionais.

Essa modalidade de ensino vem ao encontro da necessidade e da diversidade do perfil dos educandos encarcerados, no que se refere à faixa etária, ao nível de escolarização, à situação socioeconômica e cultural e, sobretudo, a sua posterior inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, a EJA tem como proposta articular essa modalidade com as diversidades do contexto social e cultural da população em privação de liberdade.

Na modalidade EJA compreende-se que a formação dos educandos da EJA deve estar fundamentada no princípio de educação ao longo da vida pois o sujeito ao longo da vida, adquire e desenvolve capacidade, habilidade e valores necessários a compreensão de seus direitos, sua atuação na sociedade assumindo assim a possibilidade de sua inclusão em uma sociedade desigual, onde direitos inerentes a pessoa humana são expropriados.

Conforme descreve o documento Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (2013) a EJA deverá cumprir suas três funções: reparadora , pois busca resgatar a educação enquanto direito; equalizadora pois uma vez que a pessoa privada de liberdade esteja inserida no sistema educacional, sua reinserção ao mundo do trabalho amplia-se; função qualificadora conferindo um caráter permanente, ou seja, de um educação permanente que é construída ao longo da vida seja ela em espaços escolares ou não, seja ela em

espaços de liberdade ou não (PARANÁ, 2013).

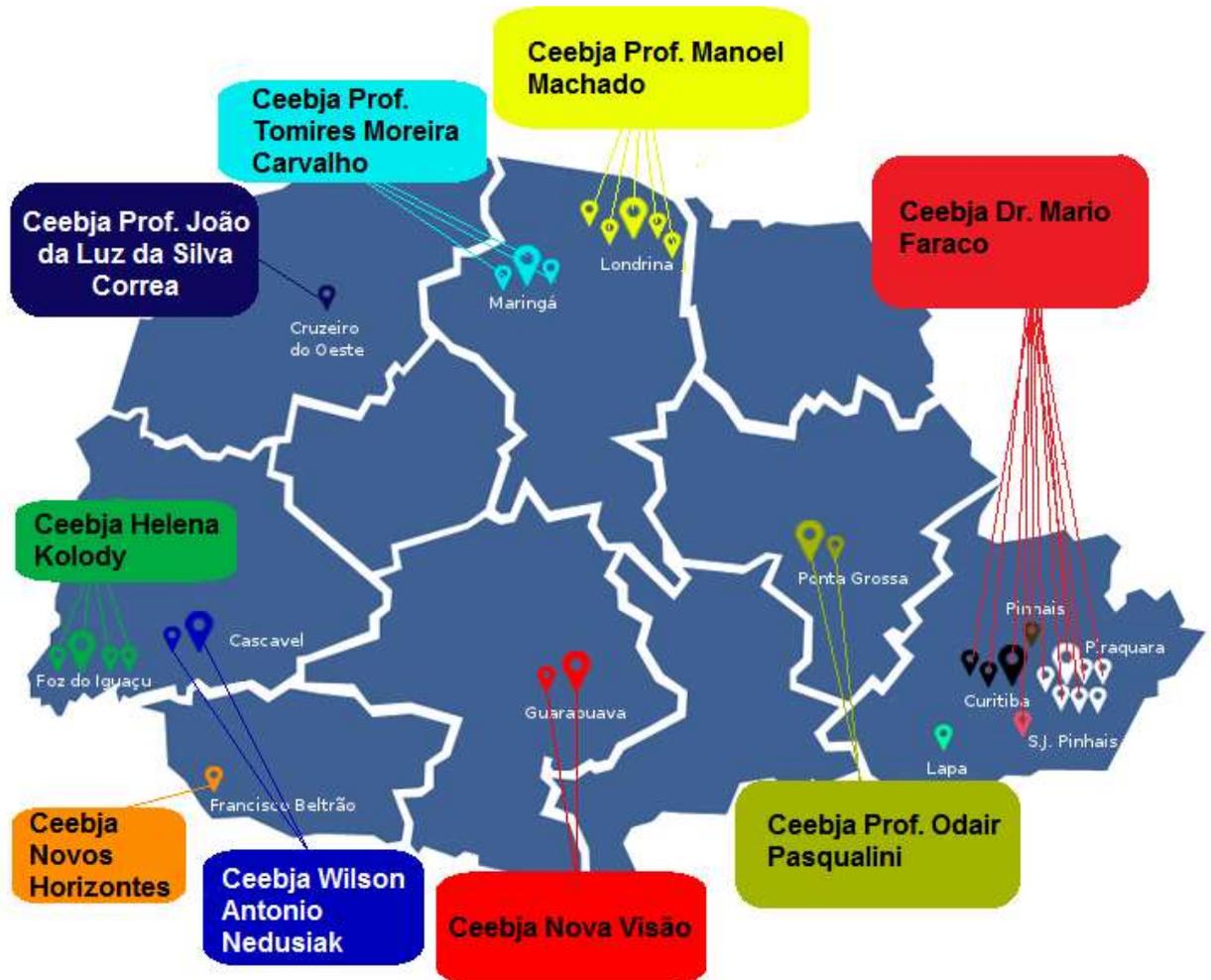
No estado do Paraná, segundo o histórico elaborado pelo Programa de Escolarização da Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH), “o processo de escolarização no sistema prisional paranaense iniciou-se com uma parceria entre a Secretaria de Estado da Justiça e a Secretaria de Estado da Educação, por meio do acordo especial de amparo técnico, em 1º de fevereiro de 1982” (PARANÁ, 2011, p. 3). Portanto, o processo de escolarização nas unidades prisionais do Paraná é anterior ao que prevê a Lei de Execução Penal de 1984.

Em 1987, em Curitiba, foi criado o Centro de Estudos Supletivos-CES Dr. Mario Faraco com a finalidade de atender os apenados da Penitenciária de Piraquara, que atendia Curitiba e região metropolitana. Com a publicação da LDB nº 9394/96, o CES passou a denominar-se Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (PARANÁ; DEPEN, 2014).

No período de 1995 a 2000, o Departamento Penitenciário começou a se interiorizar implantando a oferta de escolarização nas unidades de Maringá, Londrina e Guarapuava. A construção de diversas penitenciárias a partir de 2009 nos municípios do interior do estado, exigiu a ampliação da oferta de escolarização também em outras regiões: Foz do Iguaçu, Cascavel, Francisco Beltrão e Cruzeiro do Oeste (PARANÁ; DEPEN, 2014).

Conforme aponta a Secretaria de Estado da Educação e o Departamento Penitenciário (PARANÁ, 2014) as atividades educacionais no Paraná, são responsabilidades dos nove Centros Estaduais de Educação Básica (figura 3) que ofertam educação formal nos níveis fundamental e médio, sendo eles: CEEBJA Mario Faracco, que atende Curitiba e região metropolitana; CEEBJA Odair Pasqualini, localizado em Ponta Grossa; CEEBJA Nova Visão, em Guarapuava; CEEBJA Novos Horizontes, em Francisco Beltrão; CEEBJA Wilson Antonio Nedusiak em Cascavel; CEEBJA Helena Kolody, Foz do Iguaçu; CEEBJA Professor João da Luz da Silva Correia em Cruzeiro do Oeste; CEEBJA Mário Machado em Londrina; e CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho, em Maringá (Figura 3).

Figura 3 - Atividades educacionais no Paraná (2014).



Fonte: Paraná (2014).

No Brasil, em 2017, existiam 726.000 pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2017). O Paraná é o terceiro estado com a maior população carcerária do país, com 51.700 pessoas privadas de liberdade, dos quais 54% são jovens de 18 a 29 anos de idade e 33% negros ou pardos. Ainda, 48.449 (93,7%) são homens e 3.251 (6,3), mulheres. Quanto aos motivos de privação de liberdade, 28% devem-se ao tráfico e 25%, roubo. Do total de aprisionados no estado, cerca de 51.700 pessoas, apenas 8.039 (19%) encontra-se em atividades educacionais em um quadro em que 90% da população carcerária no Paraná não possui educação básica completa (Tabela 1).

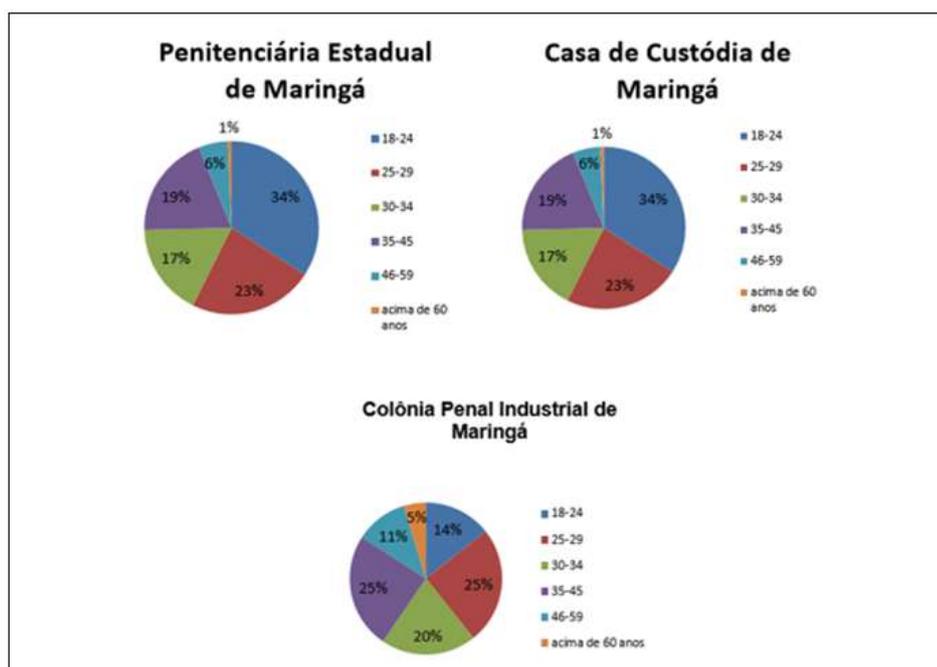
Tabela 1- Perfil da população jovem (18 a 29 anos) privada de liberdade no estado do Paraná (2016)

Sexo	
Masculino	93,7%
Feminino	6,3%
Etnia	
Negros ou pardos	33%
Classificação dos crimes	
Tráfico de drogas	28%
Roubo	25%
Apenados que estão estudando	19%
Não concluíram a educação básica	90%

Fonte: Infopen (2019).

Assim como apontam os dados do sistema prisional do Paraná, a Penitenciária Estadual de Maringá abriga significativa parcela de jovens dentre os aprisionados, pois 54% deles possuem de 18 a 29 anos e na Colônia Penal Industrial de Maringá, 39% estão nessa faixa etária. Na Casa de Custódia, por sua vez, conta com 57% da população privada de liberdade classificada nesse intervalo de idade (Figura 4).

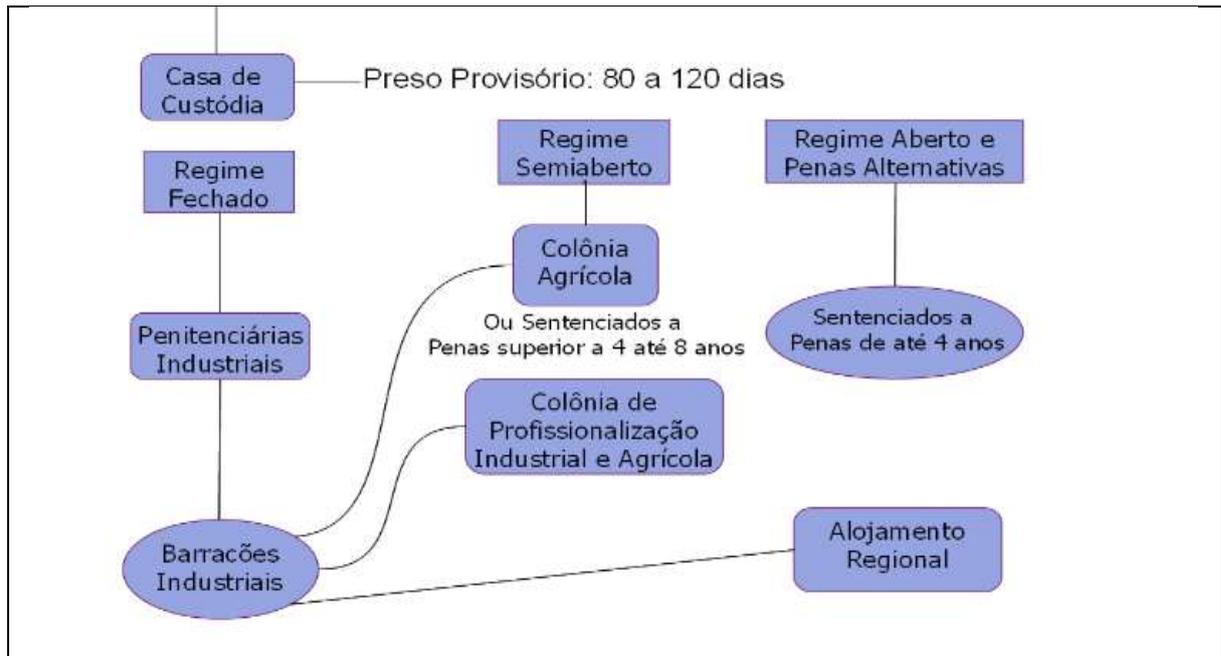
Figura 4 - Faixa etária da população privada de liberdade em Maringá (2019)



Fonte: Infopen (2019).

Observando a Figura 5, que apresenta o fluxograma da trajetória da pessoa presa quando do seu ingresso no sistema penal até a progressão para o regime aberto, é possível compreender que a população mais jovem se destaca na Casa de Custódia de Maringá, visto que o cumprimento de sua pena tem início nesta unidade.

Figura 5 - Fluxograma da trajetória no cumprimento da pena



Fonte: Paraná (2012).

A partir da observação da trajetória que a pessoa presa percorre ao cumprir sua pena, verifica-se que os jovens são predominantes nas casas de custódia que tem como característica presos provisórios que aguardam a sentença. No decorrer do cumprimento da pena esta população vai envelhecendo. Ao adquirir o benefício da progressão de regime (regime semiaberto) o perfil da população eleva-se quanto a faixa etária.

2.6 ESPAÇOS EDUCACIONAIS E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA EJA PRISIONAL

2.6.1 Aspectos legais

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDBEN, a Educação de Jovens e Adultos- EJA passou a ser uma modalidade de educação básica nas etapas de ensino

fundamental e médio que tem como fundamento oportunizar escolarização e proporcionar uma educação que desenvolva a criticidade e a inserção no contexto social atual (BRASIL,1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasil (1996), nos artigos 37 e 38 tratam sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), como modalidade de ensino que tem como foco as pessoas que, por motivos diversos, não concluíram o ensino fundamental e médio na idade apropriada. Compete, portanto, ao estado ofertar a estas pessoas ensino gratuito, assegurando uma continuidade na sua formação.

Quanto a oferta de escolarização à educandos privados temporariamente de liberdade, a regulamentação do atendimento educacional no Sistema Penitenciário do Paraná decorre das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais aprovadas pela Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que foram homologadas pelo Ministério da Educação por meio da Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Pensando na efetividade das ações educativas do contexto prisional e na afirmação de direitos e de redução de vulnerabilidade da pessoa em privação de liberdade, esta normativa institui a obrigatoriedade de que cada Estado da Federação tenha o seu Plano Estadual de Educação nas Prisões, do qual emerge, implícita ou explicitamente, o projeto político-pedagógico, cuja estrutura será analisada a partir dos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei n.º 9.394/1996) e da Lei de Execução Penal (LEP–Lei n.º 7.210/1984).

A Lei de Execução Penal nº 7210, Brasil (1984) refere a educação do preso nos seguintes artigos:

Art.17 - A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18 - O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19 - O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único - A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20 As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21 Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

2.6.2 Proposta Pedagógica da EJA prisional

A Proposta Pedagógica Curricular do estado do Paraná (PPC/PR) esclarece que a oferta de Educação para Jovens e Adultos (EJA) é “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

A formação dos sujeitos na modalidade EJA, fundamentada no princípio da aprendizagem ao longo da vida, deve comprometer-se com a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades, habilidades, competências e valores necessários ao exercício e ampliação de seus direitos e controle de seus destinos, possibilitando o alcance da equidade e da inclusão social, para a redução da pobreza e a construção de sociedades justas, solidárias e sustentáveis (PARANÁ, 2013, p. 8).

Buscando atender às legislações vigentes, o Paraná visando reintegrar a pessoa presa promove de forma sistemática a assistência educacional a homens e mulheres internos nos estabelecimentos penais.

A regulamentação do atendimento educacional no Sistema Penitenciário do Paraná decorre das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais aprovadas pela Resolução Nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que foram homologadas pelo Ministério da Educação por meio da Resolução Nº 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE). A Constituição do Estado do Paraná, no seu Título VII, artigo 239, também determina que “O Estado promoverá a assistência a homens e mulheres internos e egressos do sistema penitenciário, inclusive aos albergados, visando à sua reintegração à sociedade (PARANÁ, 2013, p. 7).

Pela sua importância, a educação deveria ser prioritária no processo do tratamento penal, durante todo o período de cumprimento da pena. O que se quer salientar aqui é que a comunidade escolar atendida nas unidades penais faz parte de uma grande maioria que não tem acesso aos avanços tecnológicos, bem como a bens culturais e benefícios sociais, razões pelas quais acabam ficando à margem do processo (PARANÁ; DEPEN, 2014).

A organização pedagógica do CEEBJA prioriza a organização individual, tendo em vista muitas vezes a impossibilidade de que os educandos frequentem a escola com regularidade. A rotina de cada unidade penal muitas vezes não possibilita a movimentação da pessoa presa até o espaço das salas de aula, no entanto na Educação de Jovens e Adultos os saberes já apropriados pelo educando permitem que o desenvolvimento de cada disciplina contemple o ritmo próprio de cada educando (PARANÁ, 2016).

A oferta na EJA é organizada de modo a atender às peculiaridades de tempo, espaço e rotatividade da população carcerária levando em consideração a flexibilidade prevista no art.

23 da Lei Nº 9.394/1996 (LDBN). Cada unidade prisional possui peculiaridades próprias, sejam elas pelo tipo de medida ou regime prisional ou por características da população ali atendidas. A própria organização das turmas deve observar as normas e regras da unidade penal, não permitindo que por motivo de segurança alguns grupos não estejam no mesmo espaço.

A Proposta Pedagógica para oferta de escolarização no sistema prisional garante para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, oferta de organização cem por cento presencial obrigatória e integralmente, devendo-se cumprir a carga horária estabelecida pela legislação vigente. A oferta de EJA, desenvolvida por meio da Educação a Distância, “não será utilizada no primeiro segmento do Ensino Fundamental, dada suas características próprias que demandam relação presencial” (BRASIL, 2010, p. 13).

Para a oferta nos cursos do segundo segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a organização será de forma presencial combinada com momentos à distância, considerando as singularidades da aprendizagem presencial e da aprendizagem à distância mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação não como oposição ou substitutivas uma da outra, mas como ações complementares na seguinte forma.

[...] – 75% da carga horária total do curso, estabelecida na legislação vigente, com educandos e professores em sala de aula, em horários pré-estabelecidos por meio de cronograma de oferta de disciplinas/módulos, com a efetiva mediação entre professor-aluno no processo de ensino e aprendizagem; e 25% de carga horária, realizados pelos educandos em espaços prisionais, com a utilização de módulos ou outros materiais de estudos, sob a orientação do profissional da educação, sendo que a frequência na etapa presencial deverá cumprir 100% da carga horária a ela destinada para aprovação do curso;

I – 50% da carga horária total do curso, estabelecida na legislação vigente, com educandos e professores em sala de aula, em horários pré-estabelecidos por meio de cronograma de oferta de disciplinas/módulos, com a efetiva mediação entre professor-aluno no processo de ensino e aprendizagem; e 50% de carga horária, realizados pelos educandos em espaços prisionais, com a utilização de módulos ou outros materiais de estudos, sob a orientação de profissional da educação, sendo que a frequência na etapa presencial deverá cumprir 100% da carga horária a ela destinada para aprovação do curso;

II – 20% da carga horária total do curso com educandos e professores em sala de aula; e 80% de carga horária, realizados pelos educandos em espaços prisionais, com a utilização de módulos de estudos, livros, vídeos, tele aulas ou outros recursos, sob a orientação de profissional da educação, sendo que a frequência na etapa presencial deverá cumprir 100% da carga horária a ela destinada para aprovação do curso (PARANÁ, 2016, p.17).

Considerando essas especificidades, o CEEBJA atende na modalidade EJA, organizada nas formas Presencial e Presencial combinada com momentos a distância, contemplando a carga horária total estabelecida na legislação vigente nos níveis do Ensino Fundamental e

Médio, com avaliação no processo, mediante ações didático-pedagógicas, organizadas de forma Coletiva e Individual (PARANÁ, 2016).

A Educação de Jovens e Adultos deve compreender que os educandos percorrem trajetórias de aprendizagem distintas, considerando seu tempo de aprendizagem, sua história de vida. Considerar os saberes que este educando adquiriu ao longo de sua vida não deve ser entendida como um processo de aligeiramento para sua certificação.

Os cursos serão caracterizados por estudos presenciais em sala de aula sob orientação do docente da disciplina e nos momentos de estudos realizados na cela, viabilizando processos pedagógicos.

1. Pesquisa e problematização na produção do conhecimento;
2. Desenvolvimento da capacidade de ouvir, refletir e argumentar;
3. Registros, utilizando recursos variados e permitindo sistematização e socialização dos conhecimentos;
4. Vivências culturais diversificadas que expressem a cultura dos educandos, bem como a reflexão sobre outras formas de expressão cultural (PARANÁ, 2016, p. 17).

A organização pedagógica do CEEBJA estabelece em seu atendimento aos educandos, elaboração do Plano de Trabalho Docente para cada disciplina e o manual do educando que estabelece a trajetória pedagógica a ser cursada. Os materiais didáticos são disponibilizados aos educandos, podendo também manter estes materiais nas celas. São duas possibilidades de organização, a organização individual e organização coletiva, no entanto o atendimento individual, delimitando o número de educandos atendidos é priorizado tendo em vista a segurança.

Na organização coletiva, as aulas são definidas em um cronograma próprio com data de início e término. Para a organização individual o educando organiza seu tempo de estudo e estabelece um ritmo próprio de aprendizagem.

Conforme estabelece a Instrução Normativa nº 013/2017 da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, para o atendimento individual educandos poderão ser matriculados mediante a avaliação de classificação e reclassificação.

O processo de ressocialização dos internos, necessariamente, conta com a articulação da educação e o trabalho que não se limita ,meramente, a oferta isolada de cursos regulares de formação escolar ou profissional, mas tem uma dimensão mais ampla que exige a definição de uma política que contemple uma formação integral do interno, política essa que possa harmonizar todas as ações desenvolvidas pelo sistema, na área da educação formal ou informal,

reunindo sob uma filosofia comum e concentrando esforços de todos para alcançar a finalidade da ressocialização.

2.6.3 CEEBJA “Professora Tomires Moreira de Carvalho”

Instalado junto a Penitenciária Estadual de Maringá, o CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho, iniciou suas atividades em 13 de maio de 1996, em atendimento ao convênio firmado entre a Secretaria de Segurança Pública, Justiça e Cidadania e a Secretaria de Estado da Educação, atendendo ao cumprimento ao artigo 60, das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e a Lei Estadual nº 8.485/87, artigos 30 e 34, que garantiu o acesso ou continuidade de estudos aos internos do sistema penitenciário.

De acordo com a Resolução nº 1034/96, publicada no Diário oficial do estado em 27/03/1996, o CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho teve autorização para ofertar a Educação Básica, em nível de Ensino Fundamental, com avaliação no processo, tendo reconhecido seu estabelecimento e curso através da Resolução nº 4424/98 e a partir da Resolução nº 4230/03 passou a ter autorização para ofertar o Ensino Médio.

A equipe de profissionais que atuam neste CEEBJA compreende: Diretora, Diretora Auxiliar, uma Pedagoga do CEEBJA, duas Pedagogas de Unidade Penal, uma Secretária, dois Agentes Administrativos, um Agente Geral e 23 Docentes das diversas áreas de ensino.

Atende educandos da Penitenciária Estadual de Maringá- PEM, unidade de regime fechado masculino, Colônia Penal Industrial de Maringá-CPIM, unidade de progressão de regime semiaberto masculino e Casa de Custódia de Maringá-CCM, unidade masculina de regime provisório.

A organização administrativa e pedagógica está instalada na Penitenciária Estadual de Maringá, sendo que os espaços para atendimento educacional são espaços adaptados próximos às galerias onde as pessoas presas estão alojadas. O espaço é todo cercado de grades e os docentes não têm contato direto com estes educandos, tendo em vista os históricos recentes de motim nesta unidade. Para que a oferta de escolarização fosse possível de ser efetivada, a Direção da unidade e a Divisão de Segurança estabeleceram esta norma. No entanto, sob o ponto de vista dos educadores, a grade é um impedimento pedagógico uma vez que dificulta a interação com os educandos.

As aulas na Penitenciária Estadual de Maringá são ofertadas nos períodos matutino e vespertino. A oferta de atendimento é organizada de acordo com as galerias, ou seja, de acordo

com o local onde os internos estão alojados. No total a unidade conta com sete blocos divididos em sete galerias bem iluminadas e arejadas. Cada galeria comporta em média sessenta internos, não gerando assim a superlotação que ocorre na maioria das unidades prisionais do Brasil.

Não é possível agrupar educandos de galerias diferentes, tendo em vista o perfil de cada apenado. O número de educandos em sala de aula é definido pela equipe de segurança (Figuras 6 e 7).

Figura 6 - Penitenciária Estadual de Maringá- parte externa



Fonte: A autora (2019).

Figura 7 - Penitenciária Estadual de Maringá – parte interna



Fonte: A autora (2019).

Na Colônia Penal Industrial, unidade de regime semiaberto, os custodiados têm possibilidade de durante o dia, ocupar-se de trabalhos externos e retornar ao final do dia para unidade. Nesta unidade, o CEEBJA está instalado em um bloco próprio que conta com: oito salas de aula, uma biblioteca, uma sala de professores, uma sala para a equipe diretiva do CEEBJA.

Atende nos períodos matutino, vespertino e noturno, sendo o último turno, destinado aos educandos que trabalham durante o dia e necessitam de estudar somente no período noturno. Assim como na Penitenciária Estadual de Maringá, o atendimento escolar é organizado para grupos distintos.

Na Colônia Penal Industrial, não há grades e as aulas acontecem em salas, assim como a dinâmica de uma escola fora do sistema penitenciário (Figura 8).

Figura 8 - Colônia Penal Industrial de Maringá



Fonte: A autora (2019).

Na Casa de Custódia de Maringá, unidade de regime provisório de apenados que aguardam a sentença, que atualmente conta com cerca de 1200 pessoas presas, o espaço das salas de aula também é totalmente adaptado.

Existem três salas de aulas com grade que eram celas e foram adaptadas. A adaptação foi possível a partir do empenho da Direção da unidade prisional e da Direção do CEEBJA. Nesta unidade, a capacidade de atendimento escolar é mínima, destinada apenas a uma

população definida criteriosamente pela equipe de segurança da unidade inclusive, alojados próximo às salas de aula para agilizar o deslocamento até lá. O deslocamento para sala de aula é realizado pela equipe de segurança da unidade (Figuras 9 e 10).

Figura 9 - Salas de aula Casa de Custódia de Maringá



Fonte: A autora (2019).

Figura 10 - Salas de aula Casa de Custódia de Maringá



Fonte: A autora (2019).

As matrículas são realizadas por disciplinas e em qualquer período do ano letivo. A oferta de escolarização no interior dos espaços de privação de liberdade enquanto garantia de um direito fundamental constituído, está previsto também nos termos da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), que determina que todo estabelecimento prisional deve

oferecer assistência educacional as pessoas privadas de liberdade ali custodiadas, descrevendo inclusive os parâmetros para essa oferta.

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental o educando deve perfazer um total de 1440 horas e para os anos finais do Ensino Fundamental, deve totalizar 1620 horas para o Ensino Médio 1440 horas.

No ano de 2019, totalizaram-se 606 matrículas ativas na oferta presencial nas unidades prisionais localizadas no município de Maringá.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Professora Tomires Moreira de Carvalho. A instituição oferta, de forma sistemática, escolarização nos níveis fundamental e médio, na Penitenciária Estadual de Maringá: unidade de regime fechado masculino; Colônia Penal Industrial, unidade de regime semiaberto masculino; e Casa de Custódia de Maringá, unidade provisória masculina.

A pesquisa de enfoque exploratório-descritivo por descrever determinado fenômeno que envolve análises empíricas e teóricas, segundo Lakatos e Marconi (2007), têm por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, de modo a torna-lo explícito, facilitando o aprimoramento de ideias. Igualmente, foi utilizada a abordagem quanti-qualitativa, pois a mesma utilizou resultados e dados expressos em números, porém, interpretados e contextualizados, a análise se torna qualitativa. Isto é, na medida em que os dados são inseridos na dinâmica da evolução do fenômeno e este dentro de um todo maior compreensivo, é preciso articular as dimensões qualitativas e quantitativas em uma interrelação dinâmica (GAMBOA; SANTOS FILHO, 2013).

Foram realizadas pesquisas em fontes primárias e secundárias, entre os quais, Planos Estaduais de Educação nas Prisões, Projeto Político Pedagógico, Plano de Trabalho Docente, Plano Estadual de Educação nas Prisões, Proposta Pedagógico Curricular. A análise de conteúdo utilizou a conceituação de Bardin (2011) e suas etapas técnicas que adotam a análise de conteúdo como técnica de análise de dados.

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 2011, p. 38).

Quanto as etapas Bardin (2011), descreve-as sendo: pré-análise; que consiste na organização do material garantindo sua operacionalidade, e que se subdivide em quatro etapas: leitura flutuante, onde se a partir da coleta de dados se começa a conhecer o texto; escolha dos documentos, que consiste na definição e seleção do material que será analisado; formulação das hipóteses e dos objetivos e ; referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise.

A segunda fase, exploração do material definem-se as categorias e as unidades de registro. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao material textual coletado e

submetido ao estudo, hipóteses e os referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2011).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2011).

A análise de conteúdo fundamentou 21 entrevistas efetivadas com os profissionais da educação que atuam no CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho. Quatro entrevistas não se efetuaram tendo em vista que três docentes estavam afastados de licença médica e um docente recusou-se a realizá-la. Ao mesmo tempo, foram coletados dados referentes ao perfil sociodemográfico da população alvo quanto a idade, sexo, graduação e/ou pós-graduação cursada, estado civil e tempo de atuação na Educação de Jovens e Adultos. Os dados foram submetidos à análise descritiva de frequência absoluta e relativa.

Com base nos processos de Memória Organizacional adequados ao espaço escolar, com base em Minioli e Silva (2013), as seguintes questões foram abordadas nas entrevistas:

- 1) Há momentos específicos para que os docentes socializem os encaminhamentos sobre suas práticas pedagógicas? (captura/construção do conhecimento);
- 2) A Secretaria de Estado da Educação e o Departamento Penitenciário promovem encontros para divulgação das práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço prisional? Como são realizados os registros deste evento? (captura/construção do conhecimento);
- 3) De que forma são registradas as ações e experiências vivenciadas nas práticas pedagógicas? (organização/registo);
- 4) Os registros são disponibilizados para os docentes e direção da unidade? (disseminação/compartilhamento);
- 5) Os registros são utilizados para solucionar os problemas atuais? (reuso das informações).

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas por meio da técnica da análise de conteúdo de Bardin (2011). Conforme a autora, esta pode ser entendida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Para a análise de conteúdo segundo a técnica de Bardin

(2011), as entrevistas foram submetidas ao software NVivo® com o intuito de auxílio no processo de organização do material e codificação dos dados.

A partir da organização deste material, para cada questão da entrevista foi criada uma nuvem de palavras com os destaques das palavras obtidas nas respostas dos docentes participantes da pesquisa.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Unicesumar e foi aprovado sob o parecer número 3.490.067, CAAE 18269919.7.0000.5539 (ANEXO I.). Todos os participantes da pesquisa assinaram o Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Resolução 466/12 do Ministério da Saúde (Anexo II).

No âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, foram observados os critérios instituídos na Resolução nº 406/2018-GS/SEED e para a Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, a pesquisa atendeu a Portaria nº 69 de 26 de junho de 2019.

- 1) Requerimento para Autorização de Realização da Pesquisa Científica (Anexo III)
- 2) Termo de Compromisso da Pesquisa Científica (Anexo IV)
- 3) Roteiro para Submissão de Projetos à SEED (Anexo V)
- 4) Concordância da Instituição Coparticipante (Anexo VI)
- 5) Termo de Concordância do NRE Para a Unidade Cedente (anexo VII)
- 6) Termo Para Autorização de Uso da Pesquisa (Anexo VIII)
- 7) Despacho de autorização de pesquisa-DEPEN (Anexo IX)
- 8) Declaração de autorização do local (Anexo X)
- 9) Concordância da Instituição coparticipante (Anexo XI e XII)
- 10) Matriz estrutural (Anexo XIII).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Tabela 2, os profissionais que participaram das entrevistas caracterizaram-se com o seguinte perfil sociodemográfico: prevaleceu o número de mulheres cuja participação foi de 61,9%, a mesma porcentagem foi verificada para casados, a maioria situa-se na faixa etária entre 50 e 60 anos, sendo que todos possuem mais de 40 anos. No que se refere à formação, 76,19% são especialistas e 23,8%, mestres, indicando que todos os participantes possuem pós-graduação. Ainda, 80,95% têm de 20 a 30 anos de docência.

Tabela 2 - Perfil sociodemográfico dos profissionais do CEEBJA Tomires, participantes das entrevistas

Sexo	Participantes	
	Total	%
Feminino	13	61,9
Masculino	8	38,09
Estado Civil		
Casado	13	61,9
Solteiro	7	33,33
Viúvo	1	4,76
Faixa etária		
40 a 50 anos	5	23,80
50 a 60 anos	14	66,66
Acima de 60 anos	2	9,52
Formação		
Especialistas	16	76,19
Mestres	5	23,80
Tempo de docência		
Acima de 10 anos	2	9,52
Acima de 20 anos	17	80,95
Acima de 30 anos	2	9,52

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No Brasil, 70% dos professores são mulheres e a maioria tem entre 30 e 39 anos (BRASIL, 2018). Observa-se que entre os participantes da pesquisa, o número de homens é superior ao apresentado em nível nacional, fato que pode estar ligado ao ambiente prisional. No que se refere à idade, visto a faixa etária predominante de docentes e gestores no CEEBJA Tomires, acima de 50 anos, pondera-se que isso se deve, provavelmente, ao mesmo fato, o

ambiente prisional, conforme também sinalizam os estudos de Duarte e Sivieri-Pereira (2018) e de Vieira (2008).

Essa particularidade também se reflete no tempo de docência que supera os 20 anos e se somados àqueles com mais de 30 anos na profissão, alcança mais de 90%, conforme consta nas pesquisas de Vieira (2008) e de Duarte e Sivieri-Pereira (2018). Docentes com maior experiência no exercício da profissão e também devido a maturidade ocupacional desafiam-se às adversidades que porventura possam confrontar em escolas de unidades penitenciárias. Ao mesmo tempo, o fato de que todos os docentes possuem, no mínimo, a especialização, há que se considerar a capacitação desses profissionais para tanto.

No entanto, conforme observam Duarte, Sivieri-Pereira (2018), o direito à educação para pessoas em privação de liberdade foi estabelecido no Brasil, mas pouco se atentou para quem será o responsável pela formação de pessoas privadas de liberdade.

[...] bem como em estudos científicos que invistam na compreensão do perfil docente que atuam anonimamente em escolas de unidades prisionais, especialmente no que se refere a sua identidade profissional, aos seus relatos e as suas possíveis dificuldades profissionais em espaços de privação e restrição de liberdade (DUARTE; SIVIERI-PEREIRA, 2018, p. 351).

As dificuldades postas no cotidiano escolar em unidades prisionais evidenciam-se ao mencionar “celas de aula” referindo-se aos espaços inadequados para aulas de educação física, cabendo ao professor a adaptar-se ao inesperado e imprevisto (CUSTODIO; NUNES, 2019, p.130). Trata-se de “reinventar a escola” (ONOFRE, 2019, p. 106). Nesse sentido, pode-se inferir que as prisões foram projetadas com o objetivo de punir e não de educação e, portanto, os espaços não foram pensados para aulas.

Historicamente, as estruturas arquitetônicas das penitenciárias são compostas de pavilhões retangulares, com celas de ambos os lados. Estas estruturas não foram projetadas para oferta de atendimento educacional. Diferentemente da Colônia Penal Industrial de Maringá, unidade de regime semiaberto, que possui um pavilhão próprio composto de oito salas de aula, sala de professores, secretaria e sala de direção, na Penitenciária Estadual de Maringá e Casa de Custódia de Maringá, os demais espaços para atendimento educacional foram todos adaptados. Especificamente, na Casa de Custódia de Maringá, as “celas” foram remodeladas e transformadas em sala de aula.

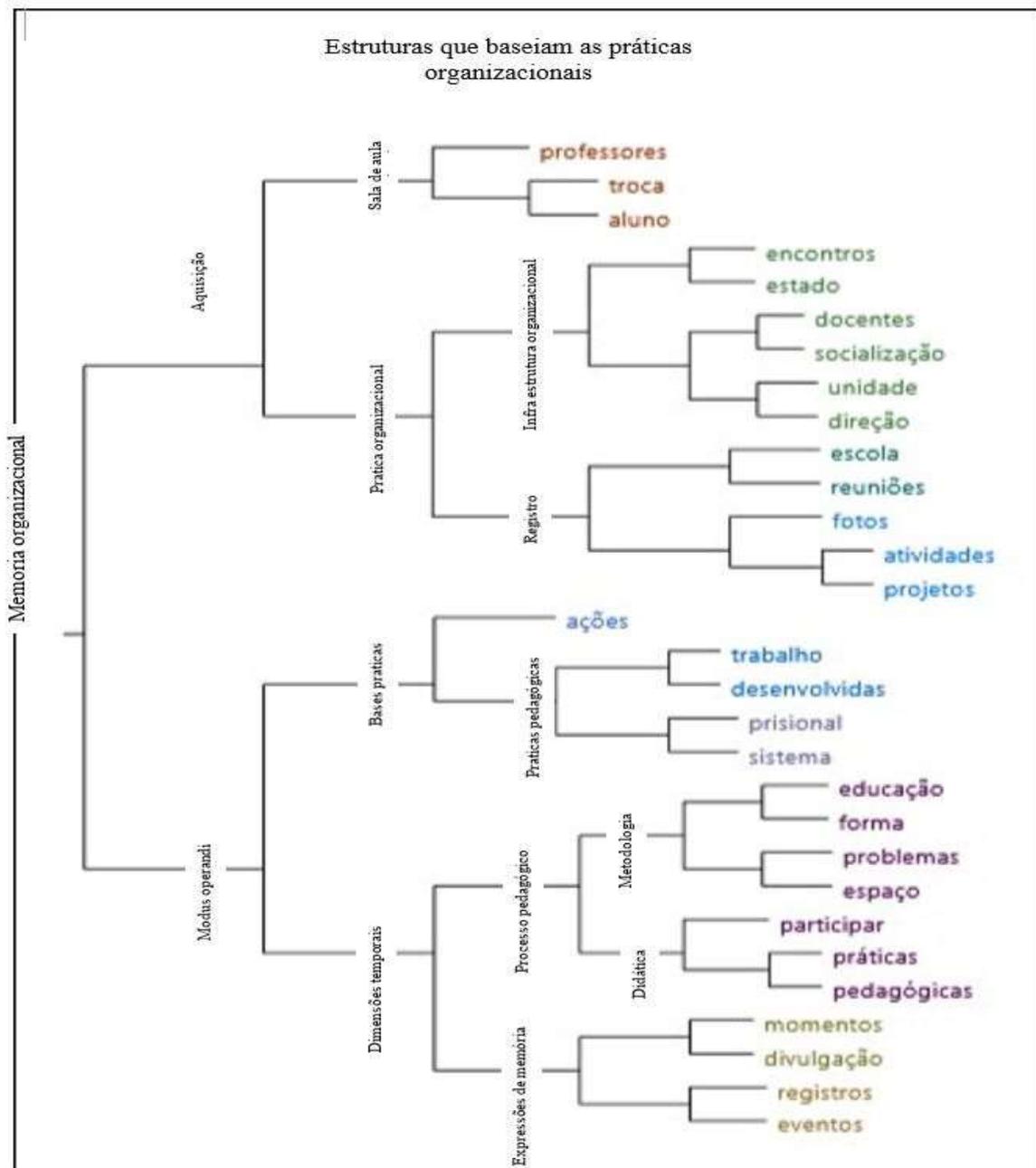
Além disso, os espaços de sala de aula adaptados da Penitenciária Estadual de Maringá e Casa de Custódia de Maringá foram estrategicamente posicionados em espaços próximos aos cubículos ou celas onde os apenados estão alojados. Isso agiliza o deslocamento destes internos

para as salas de aulas, dado ao número insuficiente de agentes penitenciários para realizar o procedimento de deslocamento dos internos.

5 ANÁLISE QUALITATIVA

Com base nas análises das entrevistas realizadas, a Figura 11 representa as ramificações a partir de elementos chaves que determinam as possíveis relações existentes.

Figura 11 – Dendograma das estruturas que baseiam as práticas organizacionais



Fonte: A autora (2019).

Foram identificados dois grupos homogêneos de classes que compartilham palavras semelhantes, os quais foram nomeados Modus Operandi e Aquisição, verificando-se que o

primeiro apresentou maior homogeneidade nas classes da Memória Organizacional, agrupando o maior número de palavras. Por sua vez, a classe Modus Operandi subdividiu-se em Bases Práticas e Dimensões Temporais, sendo que Dimensões Temporais ramificou-se em processo pedagógico que se segmentaram em metodologia e didática e Expressões de memória cujos constructos sustentam as palavras relacionadas, como registros e eventos, que aparecem no mesmo grupo, assim como momentos e divulgação.

Bases Práticas, outro nó que compartilha as palavras na classe Modus Operandi, reparte-se em Ações e Práticas pedagógicas que se bifurcam em trabalho desenvolvido e sistema prisional dando origem às práticas pedagógicas, por meio das palavras como trabalho e sistema prisional.

O segundo grupo homogêneo, Aquisição, formou nós relativos à sala de aula, claramente ligado à troca entre alunos e professores e, ao mesmo tempo, às práticas organizacionais subdividido em infraestrutura e registro. Infraestrutura tem a ver com os encontros organizados pelo Estado ou direção das escolas, proporcionando a socialização dentre os docentes. São palavras de atributos semelhantes. Registro, por sua vez, incorpora a memória das reuniões na escola, atividades e projetos.

O conteúdo desta categoria trata, principalmente, das condições como ocorrem a aquisição de conhecimento como um processo de transformação na qual o conhecimento explícito converte para o conhecimento tácito. A aquisição ocorre a partir das práticas organizacionais obtidas no interior da sala de aula, bem como a partir da socialização destas práticas. A socialização “é um processo de compartilhamento de experiências a partir da criação do conhecimento tácito, com modelos mentais ou habilidade técnicas” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 80).

Neste processo de aquisição e socialização é possível partilhar as boas práticas com seus pares, a troca de experiências, de conhecimento e interação entre as diversas áreas do conhecimento. O subgrupo Aquisição nos direciona aos termos, sala de aula, onde basicamente ocorre a conversão do conhecimento explícito para o tácito, bem como ao termo prática organizacional.

A prática organizacional deve ter como referência a forma como estão organizadas a infraestrutura da escola, o planejamento de ensino e como procedem-se os registros destas práticas.

Quando abordado sobre a forma de registro, destacam-se:

Professor 01 [...] Essas práticas geralmente são feitos projetos e no decorrer da realização da atividade são fotografadas e daí são registrados nos projetos essas fotos para posterior né melhor organização e aperfeiçoamento.

Professor 14 [...] As ações e experiências exitosas desenvolvidas nas práticas pedagógicas são registrados no espaço escolar através de projetos de ensino e pesquisa que tem como produto final: textos de diferentes gêneros literários, pinturas, apresentações artísticas, vídeos, painéis, álbuns, esculturas, quadros, exposições e livros. São atividades que são apresentadas dentro e fora do espaço escolar prisional com participação da comunidade em geral.

Professor 2 [...] Em geral são preparadas a partir de reuniões ou semana pedagógicas são encaminhamento ao direcionamento para quais áreas quais professores né de tanto de forma individual como coletiva e depois elas são registradas apontadas é a partir de projetos e esses projetos são colocadas em prática para que aconteça para que sejam executados no dia a dia e depois ao registro com fotografia, relatório e até mesmo com trabalhos aplicado aos alunos resultado desses eventos.

Professor 16 [...] Sim. As práticas pedagógicas positivas são documentadas, após análise e discussão com os professores. Vale ressaltar que nosso corpo docente é aberto e acessível, incorporando e adequando novas práticas pedagógicas de acordo com a especificidade do sistema prisional e ainda de cada unidade atendida do complexo, ou seja, PEM, CPIM e CCM, pois cada uma apresenta singularidades e limitações próprias.

Professor 15 [...] As ações referentes ao ensino/aprendizagem dos alunos são registradas diariamente nas fichas de registros individuais, um formulário próprio oficial estabelecido pela SEED. Estas fichas são arquivadas na pasta individual do aluno. Projetos e trabalhos conjuntos são fotografados, filmados e encaminhados ao DEPEN em forma de relatórios para possível edição e publicação.

O registro garante que a as práticas exitosas não sejam reduzidas a fatos, sem significado, para ser promovido um processo de análise e estudo sobre o que já foi promovido e realizado no espaço escolar (CHEN; HUANG, 2019). Trata-se de impulsionar a eficácia da instituição utilizando os elementos contidos no conhecimento individual e do grupo, bem como nas tecnologias da informação. É importante relatar, descrever, refletir para melhoria destas práticas e, conseqüentemente, para construção do conhecimento (ZABALZA, 1994).

Muito mais do que registrar o contexto da prática, o registro possibilita reflexões futuras sobre a prática pedagógica. O registro junto ao planejamento pode ser caracterizado como um instrumento metodológico favorável a reflexão da realidade vivenciada e a construção da memória organizacional como suporte para organização do trabalho pedagógico, contribuindo para que a memória organizacional possa beneficiar de forma mais eficaz as ações do presente e futuro.

Na categoria *modus operandi* que trata da forma de agir ou executar a partir de um mesmo procedimento, permite a utilização, pela escola, dos registros das práticas que orientem o processo de construção do conhecimento.

As respostas dos entrevistados apontam que os docentes buscam um mesmo procedimento.

Professor 8 [...] os registros desses eventos acontecem assim através de fotos, de livros, no site, também isso fica registrado muitos professores têm iniciativa de gravar, filmar então nós temos registrado seus momentos sim.

Professor 19 [...] Nos planejamentos das disciplinas para o ano ou semestre, através Plano Trabalho Docente, atividades extra curriculares como semana cultural e esportiva, Dia da Consciência Negra entre outros eventos anuais promovidos pela escola através da organização da equipe pedagógica, todas as experiências pedagógicas são registradas em projetos, relatórios, fotos e filmagens.

Professor 8 [...] Nossas práticas pedagógicas falando do sistema prisional onde eu atuo nós temos fotografado nós temos entrevistado temos também colocado divulgado no site da secretaria própria do sistema penitenciário temos feito um trabalho de registro muito bom.

Professor 2 [...] Em geral são preparadas a partir de reuniões ou semana pedagógicas são encaminhamento ao direcionamento para quais áreas quais professores né de tanto de forma individual como coletiva e depois elas são registradas apontadas é a partir de projetos e esses projetos são colocadas em prática para que aconteça para que sejam executados no dia a dia e depois ao registro com fotografia, relatório e até mesmo com trabalhos aplicado aos alunos resultado desses eventos.

Professor 11 [...] Sim. Nas reuniões pedagógicas, a escola procura disponibilizar temáticas que envolvam a socialização dos docentes para um alinhamento (unidades específicas, aluno igual e professores da disciplina diferentes) de práticas pedagógicas, sobretudo, nas áreas específicas. Lembro que a escola atende três unidades de um sistema penal que tem suas especificidades. Porém, o aluno é o mesmo e não pode haver uma grande ruptura no processo de ensino aprendizagem.

Nas organizações, a memória organizacional faz parte das atividades da área de desenvolvimento de pessoas, tecnologia de informação ou na área de gestão do conhecimento tornando possível o acesso ao acervo de conhecimento da organização. Tem por objetivo, explicitar o conhecimento e informações relevantes da organização facilitando o acesso, compartilhamento do conhecimento e reuso das informações. A princípio este conhecimento individual ao ser compartilhado para o coletivo dos membros da organização permitirá que o conhecimento e experiências importantes do indivíduo, quando preservados servirão de ponto de partida para criação de novos conhecimentos. Significa criar uma base de conhecimento e codificá-lo (WALSH; UNGSON,1991).

A memória organizacional deve possibilitar a organização, responder as questões emergentes quanto aos processos e produtos, tornando-se capaz de colocar à disposição dos executores das tarefas as informações necessárias para executar o trabalho (SIMIÃO, 2009).

A importância desse processo é ressaltada ao se afirmar que a memória organizacional foi criada para que a aprendizagem organizacional se torne possível (melhores práticas), evita

a perda de conhecimento e melhora a comunicação agilizando o compartilhamento de informações. Possibilita a identificação, registro, uso e reuso de informações e conhecimentos construídos a partir das práticas. A Memória Organizacional, sendo uma prática da Gestão do Conhecimento é responsável pelo processo de captura, registro, retenção, compartilhamento, uso e reuso do conhecimento, conforme Minioli e Silva (2013). De acordo com as autoras, a memória organizacional como prática da criação do conhecimento compreende a representação explícita da informação e do conhecimento relativamente ao conhecimento implícito do professor e do pedagogo que compõe o conhecimento prático de uma organização.

Na visão de Freire *et al.* (2012, p. 44) “[...] o conhecimento é inerente às pessoas que formam a organização e [...] um modelo de memória organizacional deve ser estruturado para gerir a interação do indivíduo com o grupo”. Isto porque os registros das memórias de uma organização constituem experiências já obtidas. Duncan e Weiss (1979 *apud* MORESI, 2006) defendem que o conhecimento organizacional é essencial ao aprendizado e adaptação da organização. Portanto, a informação armazenada deve ser útil e atender a necessidades importantes na organização, facilitando a recuperação de conhecimentos relevantes.

No entanto, conforme Ackerman e Harverson (1998), para reutilizar a memória é preciso que a informação seja contextualizada e aplicada para uma nova situação. Assim, as perguntas vinculadas ao processo de memória organizacional de Minioli e Silva (2013), refazem o ciclo captura, compartilhamento, disseminação, reuso e construção do conhecimento.

Assim a questão 1, “há momentos específicos para que os docentes socializem os encaminhamentos sobre suas práticas pedagógicas”, que diz respeito à captura/construção do conhecimento, as palavras mais frequentes surgem no termo “práticas pedagógicas”, de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3 - Palavras mais frequentes na questão 1

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
pedagógicas	11	32	005
práticas	8	24	004
momentos	8	19	003
professores	11	16	002
reuniões	8	15	002
atividade	9	11	002
aprendizagem	12	11	002
escola	6	10	002
troca	5	10	002
socialização	12	9	001

Fonte: A autora (2019).

Essa frequência é visualizada na figura 12 que evidenciam as práticas pedagógicas em momentos entre professores para a captura/construção do conhecimento. A captura do conhecimento, elemento do processo da memória organizacional, permite a obtenção das informações produzidas na prática pedagógica.

O armazenamento da memória na instituição permite lembrar e articular as experiências, facilitando o processamento da informação, devendo também para fins de uso e reuso da informação este conhecimento estar registrado em arquivos próprios ou banco de dados.

Figura 12 - Nuvem de palavras construída a partir das entrevistas com docentes do CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho relativa à questão 1



Fonte: A autora (2019).

Ao se tratar desta questão, esses termos e palavras surgem em destaque, pois se refere ao saber compartilhado, porquanto, em sua gênese, trata-se de outras práticas que interagem com o sistema de ensino (SACRISTAN, 1999). As práticas pedagógicas refletem a cultura da instituição escolar, das políticas educacionais que segundo Pletsch (2012, p. 158), “são ações que envolvem a elaboração e implementação do currículo em suas diferentes dimensões (planejamento, metodologia, estratégias de ensino e avaliação)”.

No contexto do sistema prisional, as práticas pedagógicas devem observar o contido das Diretrizes Curriculares Estaduais para oferta de escolarização nas unidades penais, bem como as orientações do Plano Estadual de Educação, elaborado pelo Departamento Penitenciário.

Estas práticas conduzem a uma educação compreendida enquanto um direito humano fundamental, ferramenta para mediação e inserção social deste apenado.

Este direito defendido em vários documentos internacionais está assim descrito no Projeto Pedagógico Curricular de Educação nas Prisões do estado do Paraná, [...] ”entender a apropriação do saber como um ato civilizatório, como um instrumento de humanização: este é o princípio que baliza as ações de educação para os privados de liberdade” (PARANÁ, 2013, p. 32).

Este ato civilizatório coloca a educação como um instrumento para que o apenado possa reintegrar-se a sociedade.

O Brasil já ultrapassou a etapa que discute o direito à educação dentro do cárcere. Está agora no estágio em que deve analisar as suas práticas e experiências, procurando instituir programas, consolidar e avaliar propostas políticas. Precisamos buscar possíveis e novos caminhos para o plano institucional que abriga homens e mulheres em situação de privação de liberdade em prol da implementação de políticas públicas voltadas para uma oferta educacional de qualidade no Sistema Penitenciário (SAUER; JULIÃO, 2012, p.4).

Assim, considerando-se que Memória Organizacional no que diz respeito às práticas pedagógicas no espaço escolar engloba a captura do conhecimento e a construção do conhecimento (MINIOLI; SILVA, 2013). Pode-se desprender esse ciclo na fala dos professores entrevistados ao se referirem aos momentos que os docentes socializam suas práticas pedagógicas, em momentos de práticas em atividades da escola entre os professores, em reuniões e encontros onde ocorrem as trocas.

Professor 01 [...] Nas reuniões pedagógicas, a escola procura disponibilizar temáticas que envolvam a socialização dos docentes para um alinhamento (unidades específicas, aluno igual e professores da disciplina diferentes) de práticas pedagógicas, sobretudo, nas áreas específicas. Lembro que a escola atende três unidades de um sistema penal que tem suas especificidades. Porém, o aluno é o mesmo e não pode haver uma grande ruptura no processo de ensino aprendizagem.

Professor 07 [...] Já aconteceram sim estes encontros em Curitiba e em Foz do Iguaçu, SEED e o DEPEN organizaram de forma muito bacana, mas nem todos os profissionais envolvidos puderam participar devido as poucas vagas disponíveis. Os registros ocorrem através de fotos, videos, sites....

Professor 8 [...] o departamento penitenciário tem oferecido encontros onde todos os professores do sistema do Paraná têm se reunido para divulgar as suas práticas para contribuir com os outros.

Professor 10 [...] A socialização das práticas pedagógicas acontece nos momentos de planejamento e reuniões pedagógicas, bem como nas conversas diárias e ocasionais na sala dos professores.

Professor 11 [...] Em nossa instituição temos como prática essa socialização nos momentos de estudo e reuniões pedagógicas. O objetivo é encaminhar aos colegas de outras disciplinas ações que foram positivas, desde que seja adequada também a essas outras disciplinas.

Professor 14 [...] Na instituição que atuo, a direção e equipe pedagógica tem criado momentos de divulgação de práticas pedagógicas durante os cursos ofertados pela SEED. São profissionais da educação que trazem para a coletividade suas práticas e reflexões acerca do processo ensino-aprendizagem. São momentos importantes dentro do espaço escolar que proporcionam uma análise sobre a prática pedagógica e seus significados para uma efetiva aprendizagem. Conhecer e debater sobre a prática pedagógica tem contribuído no fortalecimento do processo educativo.

Professor 16 [...] Sim. As práticas pedagógicas positivas são documentadas, após análise e discussão com os professores. Vale ressaltar que nosso corpo docente é aberto e acessível, incorporando e adequando novas práticas pedagógicas de acordo com a especificidade do sistema prisional e ainda de cada unidade atendida do complexo, ou seja, PEM, CPIM e CCM, pois cada uma apresenta singularidades e limitações próprias.

A questão 2, “A Secretaria de Estado da Educação e o Departamento Penitenciário promovem encontros para divulgação das práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço prisional? Como são realizados os registros deste evento?”, complementa a primeira pergunta ainda no contexto da captura/construção do conhecimento, cujas manifestações se apresentam na Tabela 4 e reproduzem na Figura 13.

Tabela 4 - Palavras mais frequentes na questão 2

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
encontros	9	24	003
práticas	8	21	003
educação	8	12	002
professores	11	11	002
eventos	7	10	001
registros	9	10	001
pedagógicas	11	9	001
participar	10	9	001
trabalhos	9	10	001
promovem	8	8	001

Fonte: A autora (2019).

Observa-se que encontros, práticas, educação, professores e eventos, evidenciam-se, indicando a relevância desses momentos para a captura e conhecimento do conhecimento.

Figura 13 – Nuvem de palavras relativa a análise das entrevistas da questão 2



Fonte: A autora (2019).

Os registros dos conhecimentos tácitos convertidos em conhecimento explícito podem ser explicitados através de eventos, reuniões, seminários, entre outros. Para Batista *et al.* (2005, p.80) “são relatos de experiências em que se registra o que aconteceu, o que se esperava que acontecesse, a análise das causas das diferenças e o que foi aprendido durante o processo”.

Ainda de acordo com Batista *et al.* (2005), as práticas de gestão do conhecimento consistem essencialmente no processo de extrair, transformar e difundir o conhecimento por toda instituição para que esse conhecimento possa ser compartilhado e conseqüentemente, reutilizado. As falas dos entrevistados deixam transparecer a forma pela qual ocorrem os encontros e os registros.

Professor 20 [...] Os registros não são tomados como ponto de chegada, mas como ponto de partida para repensar o trabalho desenvolvido e dar orientação para solucionar algum problema observado no desenvolvimento de determinado trabalho. Outras vezes, o trabalho realizado foi uma forma de intervenção bem sucedida e é utilizado de parâmetro para outras novas ações e também de motivação para outros docentes.

Professor 16 [...] São registrados através de documentos, fotos, vídeos, painéis trabalhos, teatros são dessa maneira que a gente acaba registrando o que nós estamos produzindo dentro da unidade de cada unidade prisional.

Professor 15 [...] As ações referentes ao ensino/aprendizagem dos alunos são registradas diariamente nas fichas de registros individuais, um formulário próprio oficial estabelecido pela SEED. Estas fichas são arquivadas na pasta individual do

aluno. Projetos e trabalhos conjuntos são fotografados, filmados e encaminhados ao DEPEN em forma de relatórios para possível edição e publicação.

Professor 08 [...] Sim departamento penitenciário tem oferecido encontros onde todos os professores do sistema do Paraná têm se reunido para divulgar as suas práticas para contribuir com os outros né. E os registros desses eventos acontecem assim através de fotos, de livros, no site, também isso fica registrado muitos professores têm iniciativa de gravar, filmar né então nós temos registrado seus momentos sim.

Observa-se que os encontros promovidos pela Secretaria de Estado da Educação e o Departamento Penitenciário assumem importante papel na divulgação das práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço prisional. O ato de “gravar”, “filmar”, “fotografar”, “teatros”, embora não incorporada como memória organizacional e de forma organizada com tal intento, existe a prática. Nesse espaço que se diferencia do ambiente escolar tradicional, a promoção dessas reuniões torna-se essencial, pois o próprio meio já dificulta a troca de vivências. Conforme Duarte (2019) e Pereira (2002), as particularidades institucionais, sociais e éticas que encerram a educação destinada a pessoas privadas de liberdade ultrapassam a problemática da educação em ambientes fora deste contexto.

Minioli e Silva (2013) observam que por não existir uma cultura de análise das informações no espaço escolar, professores e pedagogos não conhecem as vantagens da captura, a partir da qual poder-se-ia ensejar novos conhecimentos. No que diz respeito a coleta de informações, as autoras indicam que mesmo as experiências de conversas, reuniões e palestras não são registradas e quando acontece, não são lembradas posteriormente.

Quanto a questão 3 “De que forma são registradas as ações e experiências vivenciadas nas práticas pedagógicas?”, vinculada à organização/registro as palavras se que destacaram foram projetos, registradas, fotos e experiências, conforme visualiza-se na Tabela 5 e Figura 14.

Tabela 5 - Palavras que se destacaram na questão 3

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
projetos	8	25	005
registradas	11	23	004
fotos	5	16	003
experiências	12	11	002
pedagógicas	11	9	002
atividades	10	6	001
ações	5	6	001
educação	8	6	001
forma	5	6	001

Fonte: A autora (2019).

Essa frequência de palavras mais recorrentes indica a importância de projetos e registros em fotos, vídeos de eventos, assim como em relatórios e apresentações de atividades desenvolvidas.

Figura 14 – Nuvem de palavras relativa a análise das entrevistas da questão 3



Fonte: A autora (2019).

A prática dos registros é importante, visto que as informações contidas nos registros não perdem sua utilidade podendo assim ser acumulada. Os registros destas experiências são um indicativo das práticas realizadas, garantem a preservação dos documentos e a sua reutilização em situações futuras, evitando assim as incertezas e desconhecimento.

[...] quanto mais vívido o relato, mais saber carrega com a informação, pois o registro acompanhado de comentários e críticas do autor ou de depoimentos se enriquece com o conhecimento tácito graças à redução do montante de abstração possibilitado pelo apoio de imagens, símbolos ou de exemplos. Quanto mais distante dos relatos frios e técnicos, melhor para a gestão do conhecimento (SABBAG, 2007, p. 243).

Assim, as falas dos professores sintetizam a forma pela qual são registradas as ações e experiências vivenciadas nas práticas pedagógicas.

Professor 02 [...] No âmbito da escola, as ações e experiências pedagógicas, são registradas através de documentos escritos, fotográficos e em alguns casos específicos são apresentados em trabalhos artísticos como teatro e esculturas.

Professor 05 [...] Nós temos além de órgãos oficiais do DEPEN que trazem informações sobre a situação prisional do Paraná e Brasil você pode fazer comparativos e as nossas práticas são registradas nesses eventos em artigos científicos tem alguns professores desenvolvendo e também quando a gente vai para fazer

apresentações tem toda organização *a priori* que a gente manda os trabalhos e as experiências que deram êxito.

Professor 06 [...] Nós podemos destacar as diretrizes, os planos de trabalho docente são momentos e formas que acontecem essa socialização. A partir do planejamento das ações pedagógicas estas construídas de frente para a realidade dos entes constituídos no espaço prisional dentro da construção histórica da humanidade os conteúdos escolares destas relações.

Professor 09 [...]São **registradas** por meio de **projetos** escritos, **fotos**, vídeos fotográficos, oficinas, trabalhos de pintura, cartazes, murais, livretos.

Professor 07 [...] Geralmente fotos, mas muitas vezes deixamos de registrar momentos interessantes, pois esbarramos na dificuldade de termos uma máquina ou celular em mãos...

Professor 01 [...] Essas práticas geralmente são feitos **projetos** e no decorrer da realização da **atividade** são **fotografadas** e daí são registrados nos projetos essas **fotos** para posterior né melhor organização e aperfeiçoamento.

Professor 10 [...] Sempre que desenvolvemos **projetos** especiais, esses são registrados por meio de **fotos**, compilamento do material e, até filmagem.

A importância que os professores concedem à organização e registro das experiências das práticas pedagógicas pode ser inferida pela iniciativa de sistematização das ações.

Professor 07 [...] Nesta última atividade pedagógica, fizemos um projeto, tudo fotografado e agora estamos organizando um livreto com todas as atividades desenvolvidas

Professor 10 [...] Nas práticas vivenciadas no dia a dia, faz-se o registro por meio de arquivamento de atividades e divulgação em mural próprio para isso ou em exposição ao final do período letivo e semana cultural.

Ao analisar práticas gestão do conhecimento na gestão escolar de instituição pública, Santos e Paula (2012) observaram que no que se refere a gestão participativa, que prevê uma prática de mudança de paradigmas destacando a descentralização do poder, de um trabalho realizado com ampla participação de todos os segmentos da escola e comunidade, há poucos registros restringindo-se convênios e parcerias propostas de atividade e imagens de eventos.

Os registros são escassos e referem-se à integração escola/sociedade, como convênios e parcerias, e às práticas de estímulo e apoio à organização de alunos, por meio de projetos pedagógicos. Mesmo estes se resumem a simples propostas de ações a serem desenvolvidas e imagens fotográficas de eventos. Não há registros detalhados de planejamento e desenvolvimento das ações e avaliação dos resultados.

Nas escolas em prisões, o registro das ações e experiências torna-se particularmente importante na medida em que “o local em que se desenvolve a prática educativa, se não a

determina, exerce enorme influência na forma como ela se constitui” (BUENO; PENNA, 2016, p. 388).

Para a questão 4 “Os registros são disponibilizados para os docentes e direção da unidade?”, referente a disseminação e compartilhamento do conhecimento, as palavras unidade, registros, educação e direção despontaram conforme Tabela 6 e Figura 15.

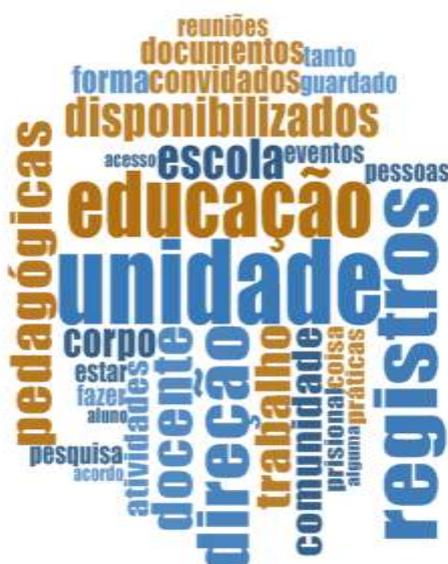
Tabela 6 - Palavras mais frequentes na questão 4

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
unidade	7	13	003
registros	9	11	002
educação	8	10	002
direção	7	9	002
docente	7	7	001
pedagógicas	11	7	001
escola	6	6	001
trabalho	8	6	001
disponibilizados	16	6	001
comunidade	10	5	001

Fonte: A autora (2019).

A nuvem de palavras referente à questão, indica a prevalência dessas palavras nas falas dos professores e gestor do CEEBJA Tomires (Figura 16).

Figura 15 – Nuvem de palavras relativa a análise das entrevistas da questão 4



Fonte: A autora (2019).

Confirmando a figura 16, os trechos das entrevistas revelam que a disseminação e compartilhamento dos registros são realizados de modo efetivo, seja por meio digital, impresso, em encontros e eventos, tanto para os professores locais como para outras escolas de unidade prisionais e comunidade.

Professor 01 [...] Sim são enviados copias para o Secretaria de Educação, Núcleo de Educação, na escola fica fixada em mural de atividades para o chamamento das próximas atividades são realizadas atividades anteriores então isso parece que sempre esteja vivo na memória né dos docentes e dos alunos.

Professor 17 [...] Sim Uma vez documentado, as práticas pedagógicas e seus resultados, são apresentados ao corpo escolar e direção da unidade. Fica disponível a qualquer pessoa. É importante para o contexto escolar uma abordagem ampla, analisando criticamente as ações e promovendo possíveis ajustes futuros.

Professor 06 [...] Sim eles são disponibilizados em algumas plataformas digitais e impressos nas apostilas revistas livros e outros onde há acesso da comunidade e afins.

Professor 19 [...] Sim os registros são disponibilizados para os docentes e direção da unidade através de painéis, exposições artísticos e culturais em reuniões e eventos pedagógicos da escola e unidade.

Professor 07 [...] Sim sempre que nós precisamos de rever estes documentos, registros e relatórios pode buscar que nós temos registros guardados para eventuais reuso que nós podemos estar usando novamente para ver o que se dá para aproveitar para usar na atualidade que muitas vezes tem alguma coisa que está acontecendo agora que aquilo que está guardado que já foi registrado ele pode acrescentar e a gente a partir daquilo fazer um algo novo uma aprendizagem nova para o aluno reaproveitando né esse material que já está guardado .

Professor 10 [...] Sempre que há um registro sistematizado, o material é disponibilizado para apreciação, tanto do corpo docente, quanto da direção da unidade. Em celebrações festivas, durante o ano letivo, tanto a direção da unidade faz-se presente para assistir às apresentações, com também, são convidados os docentes que atuam nas outras unidades atendidas pelo mesmo CEEBJA.

Professor 13 [...] Podemos afirmar que embora era escassa a equipe pedagógica até o momento, houve um grande esforço para que essas ações se fizessem, juntamente com o corpo docente, equipe diretiva e unidade penal e que houvesse consonância nos eventos, pois todos acabam se envolvendo de forma direta ou indireta. Há uma cobrança da direção da unidade na expansão desses registros para divulgação entre outros setores da sociedade e secretaria de estado, fazendo com que o próprio DEPEN valorize ainda mais a educação nas prisões e a reafirme-a como libertadora e humanizadora, pois essas pessoas, hoje, sentenciados, estarão em liberdade buscando oportunidades de trabalho, constituição familiar, saúde, moradia, respeito, um dos direitos fundamentais do ser humano.

A disseminação que se refere as ações de troca de conhecimentos e experiências ou ainda de compartilhamento. De acordo com Llarena, Duarte e Santos (2015, p. 228) “a Gestão do Conhecimento atua diretamente com os fluxos informacionais da organização. Seu foco é o capital intelectual corporativo, e sua ação é restrita à cultura e à comunicação corporativa, ou seja, o que não está explicado”. Logo, a gestão do conhecimento no espaço escolar promove a

necessidade de reconhecimento de uma integração e um compartilhamento de informações e conhecimento entre os próprios profissionais que ali atuam como uma estratégia para a tomada de decisão e para a promoção de um processo de ensino e aprendizagem congruente com as concepções sociais da escola e do conhecimento que esta oferta.

Nem sempre as os registros são disponibilizados de modo a disseminar e compartilhar as informações, somente quando solicitadas em escolas públicas de região de Curitiba (PR), embora o compartilhamento ocorra de maneira informal, não intencional, entre os pares (MINIOLLI; SILVA, 2013).

As autoras afirmam que o maior obstáculo para a disseminação está na dificuldade de se constituir um fluxo que estabeleçam as relações de significação entre as partes interessadas. Ao identificar as práticas de gestão escolar compatíveis com a gestão do conhecimento em escola pública de Minas Gerais, Santos e Paula (2012), observaram embora o acesso aos registros escolares seja praticamente irrestrito, estes praticamente não existem, restringindo-se ao mínimo exigido pelas autoridades públicas e a informalidade é evidente.

Quanto à questão 5, “Os registros são utilizados para solucionar os problemas atuais?”, relativo ao reuso das informações, problemas, registros e trabalho são as mais recorrentes, conforme Tabela 7 e reproduzidas na Figura 16.

Tabela 7 - Palavras mais frequentes na questão 5

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
problemas	9	15	003
registros	9	14	003
trabalho	8	13	003
pedagógicas	11	7	001
prática	7	6	001
solucionar	10	6	001
utilizados	10	6	001
ações	5	5	001
devem	5	4	001

Fonte: A autora (2019).

Figura 16 – Nuvem de palavras relativa a análise das entrevistas da questão 5



Fonte: A autora (2019).

Assim, a relevância da memória organizacional, no sentido do compartilhamento e uso de registros para busca de soluções no momento presente se destacam nas falas dos professores.

Professor 11 [...] Sim. Uma vez registrados, o corpo docente da escola, juntamente com a direção, consegue avaliar com criticidade o trabalho realizado. A cada momento os problemas são diferentes, necessitando de soluções para que as práticas pedagógicas sejam eficientes e atenda as necessidades de cada unidade e seus educandos.

Professor 17 [...] Sim, são utilizados para que não corra a repetição do mesmo erro, porém é necessário adequar a resolução de alguns problemas de acordo com cada unidade penal atendida pois cada unidade tem uma dinâmica própria e devem ser observadas.

Professor 02 [...] Sim, eles de alguma forma estão à disposição para quem sendo observados percebidos as falhas né ou os resultados que deram êxito a partir deles avançar e repeti-los quando for possível ou então melhorados.

Professor 20 [...] Os registros servem de embasamento para repensarmos os problemas atuais. A partir das soluções, encaminhamentos encontrados para determinada situação é possível reduzir o tempo necessário para solução problemas parecidos.

Professor 08 [...] São utilizados e servem de subsídio para que possamos analisar procurar saídas, manter aquilo que está sendo bom então tudo isso tem nos ajudado no nosso dia a dia é para nós tem funcionado assim como uma história né da nossa Educação do nosso do sistema prisional.

Professor 09 [...] Sim, eles servem para refletirmos sobre a nossa prática, ajuda-nos a perceber aspectos positivos e negativos que ocorrem no processo ensino-aprendizagem, ajuda-nos a descobrir talentos que estavam encobertos nos alunos os quais apresentavam dificuldade de aprendizagem. Enfim, os registros dão um norte à nossa prática.

Professor 13 [...] Os registros sempre levam a reflexão da realidade, e sem dúvida, há uma busca na superação dos problemas enfrentados a cada novo registro. Os registram auxiliam na discussão dos erros e acertos, ajudam a superar as variantes negativas e coloca toda equipe na condução de novos desafios.

Professor 12 [...] Sim. Busca-se constantemente atender as necessidades pedagógicas dos educandos, procurando solucionar possíveis entraves relacionados às ações pedagógicas. Um exemplo positivo é a prática adotada referente à combinação EAD, pois nesse sistema foi possível haver um número maior de concluintes.

Conforme Telles Filho, Karaweczyk e Borges (2014), a memória organizacional atua não somente na possibilidade de reuso das informações e experiências passadas, mas também na memória individual e coletiva de um conjunto de pessoas com um mesmo propósito, cooperando para o processo de aprendizagem por meio de vivências acumuladas e repassadas de alguma forma.

Corroborando com esta ideia, Menezes (2006), afirma que a memória organizacional é considerada um instrumento de registro do conhecimento da organização, que além de apropriar-se do conhecimento tácito dos sujeitos envolvidos, através das experiências passadas irá propiciar subsídios para decisões futuras. Afirma ainda que a memória não se restringe a um estoque de dados e informações, mas uma forma de auxiliar o aprendizado por meio de experiências vividas e compartilhadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa consistiu em analisar a percepção da Memória Organizacional de práticas pedagógicas de Professores e Pedagogos de um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos que atende educandos temporariamente privados de liberdade.

O ambiente escolar é um ambiente complexo e dinâmico onde a Gestão do Conhecimento se evidencia, percebendo-se que os docentes e a instituição acabam desenvolvendo esta prática mesmo não expressando com clareza a terminologia Memória Organizacional. Verifica-se que os profissionais da instituição compreendem a singularidade e complexidade de seu papel em um ambiente de privação de liberdade e que nesses registros as peculiaridades desse universo se memorizam.

A percepção da importância de memória organizacional como um instrumento metodológico fica clara, embora os registros, compartilhamento, socialização das práticas não sejam realizados de modo sistemático. Os registros do trabalho docente ocorrem através dos projetos, fotos e vídeos, assim o conhecimento gerado e adequadamente registrado é preservado e poderá contribuir para a disseminação, uso e reuso do conhecimento.

Pode-se afirmar que quando a instituição escolar aplica a Gestão do Conhecimento e, conseqüentemente, preserva sua memória, evita a perda do conhecimento intelectual, explora e reutiliza as experiências adquiridas. Significa fazer uso da memória organizacional para criar novos conhecimentos, com base na renovação das informações.

Os docentes se comunicam na instituição, mediante a troca de experiências e o compartilhamento de práticas melhorando o processo de aprendizagem individual e coletiva de toda instituição. Com relação a utilização dos registros para solucionar problemas atuais, as falas dos profissionais apontam que a partir dos registros é possível planejar, revisar e refletir sua prática tornando-se referência para compreensão dos processos envolvidos no espaço escolar.

A memória organizacional poderá contribuir significativamente para a instituição de ensino na medida em que poderá auxiliar no desenvolvimento de estratégias que auxiliam na resolução de problemas, possibilitando que as decisões sejam bem embasadas, contribuindo para antecipar atuações futuras.

Por fim, conforme verificado, o corpo docente que compõe a unidade prisional pesquisada possui vasta experiência, vista a formação e os anos de carreira profissional, fato que evidencia a importância de se constituir formalmente a memória organizacional. Quanto

melhor os registros estiverem organizados e contextualizados, o acesso a estas práticas poderão ser compartilhadas, registradas, socializadas para reuso nas tomadas de decisões futuras.

Destaca-se ainda a escassez de estudos sobre a temática abordada, sobretudo em ambientes prisionais. Conforme comentado, a oferta de educação nas unidades prisionais é um fato, mas a formação dos profissionais para atuar nesses ambientes é uma realidade.

Sugere-se para estudos futuros a construção de repositório de memória organizacional abrangendo experiências bem-sucedidas e frustradas na prática pedagógica no ambiente prisional. A prisão é um local destinado para encerrar entre suas grades aqueles que não seguiram os caminhos legalmente instituídos pela sociedade, um lugar que expressa punição, mas paradoxalmente, de regeneração. A memória organizacional pode contribuir para o protagonismo da educação nesse papel.

REFERÊNCIAS

ABECKER, A.; BERNARDI, A.; HINKELMANN, K.; SINTEK, M. Toward a technology for organizational memories. **IEEE Intellient Systemas**, Los Angeles, v. 13, n. 3, p. 40-48, may./jun. 1998.

ACKERMAN, Mark S.; HALVERSON, Christine. Considering an organization's memory. *In: ACM CONFERENCE ON COMPUTER SUPPORTED COOPERATIVE WORK*, Seattle, **Proceedings** [...], 1998. Seattle: ACM Digital Library, 1998. p. 39-48. DOI: <https://doi.org/10.1145/289444.289461>

ALNASHRI, Ahmed Anashri. Application reality of knowledge management processes practice in leaning resources centres: case study of learning resources centre in Makkahal Mukarramah schools in Saudi Arabia. **Procedi Computer Science**, v. 65, p. 192-202, 192-202, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.procs.2015.09.108>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos O.; PACHECO, Fernando F.; TERRA, José Claudio C. **Gestão do Conhecimento na administração pública**. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2005. (Texto para discussão n. 1095).

BENTO, Juliana de Cássia; URPIA, Arthur Gualberto Bacelar da Cruz; BORTOLOZZI, Flávio; MASSUDA, Ely Mitie. Nível de Implantação das práticas de Gestão do Conhecimento em base tecnológica e funcional de organização educacional. **Revista Alcance**, v. 24, n. 2, abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/alcance.v24n2.p243-257>

BRASIL. Decreto nº 7.626 de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias**: atualização junho de 2017. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 12 nov 2019.

BRASIL. RESOLUÇÃO, CEB/CNE nº 2 de 19/05/2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. **Diário Oficial da União**, 20 maio de 2010. Disponível, em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-2-2010_113466.html,. Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **INEP. ENCCEJA**. Disponível em: <http://enccejanacional.inep.gov.br/encceja>. Acesso em: 06 ago 2019.

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 12, agosto, 2019.

BUENO, José Geraldo Silveira; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. A docência no ambiente prisional: entre a autonomia e a opressão. **Etnográfica [Online]**, v. 20, n. 2, p. 387-409, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.4326>

CHEN, Chung-Jen; HUANG, Jing-Wen. J. How organizational climate and structure affect knowledge management: the social interaction perspective. **International Journal of Information Management**, v. 27, n. 2, apr. 2007.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Senac, 2006. 421p.

CONKLIN, Jeff. **Designing organizational memory: preserving intellectual assets in a knowledge economy**. 1997. p. 1-41. Disponível em: <http://cognexus.org./dom.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

CUSTODIO, Glauber Cesar Cruz; NUNES, Célia Maria Fernandes. A docência em “celas de aula”: desafios dos professores de educação física em escolas prisionais. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 2, p. 130-147, maio 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v27i2.12600>.

DALKIR, Kimiz. **konowledge management in theory and pratice**. Burlington: Elsevier, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. (Coleção polêmica).

DAVENPORT, Thomas H. **Dominando a gestão da informação**. Tradução de Carlo Gabriel Porto Bellini e Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Bookman, 2004.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual: métodos e aplicações práticas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DIBELLA, Anthony J.; NEVIS, Edwin C. **Como as organizações aprendem: uma estratégia integrada voltada para a construção da capacidade de aprendizagem.** São Paulo: Educador, 1999. 228p.

DIXON, Nancy M. **Common knowledge: how companies thrive by sharing what they know.** Boston, MA: Harvard Business School Press, 2000.

DRUCKER, Peter F. **Desafios gerenciais para o século XXI.** São Paulo: Pioneira, 1999. 168p.

DRUCKER, Peter F. **Sociedade pós-capitalista.** São Paulo: Pioneira, 1994. 240p.

DUARTE, Ligia Schiavon. **Caracterização da inovação tecnológica no setor de software de gestão integrada: estudos de casos nas empresas de base tecnológica do Estado de São Paulo.** 2019. 148f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

DUARTE, Alisson; SIVIERI-PEREIRA, Helena. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar 2018.** 2018. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>. Acesso em: 17 dez. 2019.

EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos.** São Paulo: Makron Books, 1998. 120p.

FREIRE, Patrícia de Sá; TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani; HELOU FILHO, Esperidião Amin; SILVA, Giorgio Gilwan da. Memória organizacional e seu papel na gestão do conhecimento. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 14, n. 33, p. 41-51, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 256p.

GAMBOA, Silvério Sanches; SANTOS FILHO, José Camilo. **Pesquisa educacional.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HARGREAVES, Andy; LIEBERMAN, Ann; FULLAN, Michael; HOPKINS, David. **International handbook of educational change.** Dordrecht: Kluwer Academic Press, 1998.

HATAMI, Afsoun; GALLIERS, Robert D.; HUANG, Jimmy. Exploring the impacts of knowledge (re)use and organizational memory on the effectiveness of strategic decisions: a longitudinal case study. *In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES*, 36th., 2003. **Proceedings** [...]. Hawaii, 2003. DOI: 10.1109/HICSS.2003.1174254

HEDBERG, BO L. T. How organizations learn and unlearn. *In: NYSTROM, P. C. STARBUCK, W. H. (ed.). Handbook of Organizational Design*, New York: Oxford University Press, 1981. Vol. 1, p. 3-27.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. The impact of education and work as programmes for social reinsertion and on the policy of pena execution in Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de**

Educação, v. 15, n. 45, p. 529-543, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300010>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 256p.

LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 130p.

LEHNER, Franz; MAIER, Ronald. How can Organizational Memory Theories contribute to Organizational Memory Systems? **Information System Frontiers**, v.2, n. 3,4, p. 277-298, oct./nov. 2000. DOI: DOI: 10.1023/A:1026516627735

LEVITT, Barbara; MARCH, James. G. Organizational Learning. **Annual Review of Sociology**, v. 14, n.1, p. 319-338, 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**, n. 27, p. 5-24, set./dez., 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000300002>

LIBÂNEO, José Carlos. **Escola pública brasileira, um sonho frustrado: falharam as escolas ou as políticas educacionais?** Goiânia: CEPED, 2011.

LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; DUARTE, Emeide Nóbrega; SANTOS, Raquel do Rosário. Gestão do conhecimento e desafios educacionais contemporâneos. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 222-242, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245212.222-242>

MACHADO, Caio Pisconti; URPIA, Arthur Gualberto Bacelar da Cruz; DAL FORNO, Letícia Fleig. Diagnóstico do nível de amplitude do alcance de práticas de gestão do conhecimento: um surveyem escolas públicas. **Revista NAVUS**, v. 9, n. 1, p. 105-121, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22279/navus.2019.v9n1.p105-121.783>

MCCAMPBELL, A. S.; CLARE, L. M.; GITTERS. **Gestão do conhecimento: o novo desafio para o século 21**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MELLO, Guiomar Namó. **Educação escolar: paixão, pensamento e prática**. São Paulo: Cortez, 1987. 191p.

MENEZES, Edna Matsunaga de. **Estruturação da memória organizacional de uma instituição em iminência de evasão de especialistas: um estudo de caso na COHAB**. 2006. 129f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação) - Universidade Católica de Brasília - UCB, Brasília, DF.

MINIOLI, Célia Scucato; SILVA, Helena de Fátima Nunes. **Gestão do conhecimento no espaço escolar: a memória organizacional como estratégia para a organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: CRV, 2013. 196p.

MINIOLI, C. S. SILVA, H. de F. N. Gestão do conhecimento no espaço escolar: a memória organizacional como estratégia do trabalho pedagógico. Curitiba, PR: CRV, 2013.

MORESI, Eduardo A. D. Perspectivas de pesquisa em inteligência organizacional. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA - GeCIC, 1., 2006, Curitiba. **Anais [...]**. Brasília: IBICT, 2006.

NONAKA, Ikujiro, TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do Conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

NONAKA, Ikujiro, TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 3. ed. Rio de Janeiro: 2008.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar em prisões: brechas, apostas e possibilidades. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 99-108, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.v11i23.573>

PARANÁ. Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - Ceebja Professora Tomires Moreira de Carvalho. **Proposta pedagógico Curricular**. Maringá, 2016.

PARANA. **Constituição do Estado do Paraná**. Curitiba: Juruá, 2012.

PARANÁ. Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária Departamento Penitenciário – Depen. **Educação básica**. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=231>. Acesso em: 22 jun. 2019.

PARANÁ. EJA nas Prisões - Educação no Sistema Prisional. **Histórico da educação em prisões no estado do Paraná (1909 A 2014)**. Curitiba, 2014. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/historico_prisoos_pr.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.
19.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Proposta pedagógico curricular para a oferta de educação de jovens e adultos nos estabelecimentos penais do Paraná**. 2013. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/ppc_eja_prisoos.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **Plano diretor do sistema penal do estado do Paraná 2011-2014**. 2011. Disponível em: <http://www.cedh.justica.pr.gov.br/arquivos/File/PlanoDiretorSistemaPenal.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

PEREIRA, Heitor José. Bases conceituais de um modelo de gestão para organizações baseadas no conhecimento. *In*: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22., 2002, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: NPGCT/USP, 2002.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar:** diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Ed. da EDUR/NAU, 2012. (Serie Docência.doc). 254p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Campus, 1996. 540p.

PRUSAK, Thomas H. **Conhecimento empresarial:** como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 2001

RAMOS, Isabel. Organizational memory: a neuroscience-based comprehensive model. In: ORGANIZATION SCIENCE WINTER CONFERENCE (OSWC-XVII) ON ORGANIZATIONAL MEMORY, 7th., 2011. **Conference** [...]. Colorado, USA: Steamboat Springs, 2011.

SABBAG, Paulo Yazig. **Espiral do conhecimento:** ativando indivíduos, grupos e organizações. São Paulo: Saraiva, 2007.

SACRISTAN, José Gimeno. **O Currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1999. 352p.

SANTOS, Jane Lucia Silva Santos; URIONA-MALDONADO, Mauricio; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; STEIL, Andrea Valeria. Perfil das pesquisas acadêmicas científicas sobre memória organizacional. **Revista Espacios**, v. 41, n. 12, 2018.

SANTOS, Márcio José dos; PAULA, Claudio Paixão Anastácio. Gestão do conhecimento no contexto da gestão escolar: estudo de caso de uma escola pública. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. Especial, p. 159-174, out. 2012.

SAUER, Adeum Hilário; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: questões, avanços e perspectivas: Documento referência. Brasília, DF: Seminário Educação nas Prisões, 2012. (Documento-Referência). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10586&Itemid=. Acesso em: 19 set. 2019.

SENGE, Peter. **Escolas que aprendem.** Porto Alegre: ARTMED, 2007.

SIMIÃO, Hugo Eduardo. **Memória organizacional.** 2009. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/celepar/celepar/batebyte/edicoes/2001/bb115/memoria.htm>. Acesso em: 7 jun. 2019.

SOUZA, Andrea Medeiros; KURTZ, Diego Jacob. A abordagem socioconstrutivista na gestão escolar: uma parceria para construção do conhecimento. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, n. 1, p. 47-59, jan./mar. 2016.

SPILLER, Arnaldo; PONTES, Cecília Carmem Cunha. Memória e reutilização do conhecimento técnico em uma empresa do setor eletroeletrônico no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 96-108, 2007.

STEWART, Thomas A. **A riqueza do conhecimento: o capital intelectual e a organização do século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Campos, 1998.

TELLES FILHO, Telmo; KARAWCZYK, Tamara Cecília; BORGES, Maria de Lourdes. **Memória organizacional: construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 8., 2014, Gramado. Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. v. 1, p. 12-24.

TERRA, José Claudio Cyrineu **Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 286p.

TERRA, José Claudio Cyrineu. **Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial: uma abordagem baseada no aprendizado e na criatividade**. São Paulo: Negócio, 2000. 286p.

UNESCO. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-CONFITEA, 5., 1997. Hamburgo, Alemanha. 1997. Disponível em: <http://www.unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 03 set. 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. Escola: função social, gestão e política educacional. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 129-143.

WALSH, David; UNGSON, Glen R. Organizational memory. **Academy of Management Review**, v. 16, p. 57-91, 1991.

WIIG, Karl Martin. **Knowledge management foundations: thinking about thinking: how people and organizations create, represent, and use knowledge**. Arlington: Schema, 2002. v. 1.

ZABALZA, Miguel A. **Diários de aula: contributo para o estudo dos dilemas práticos dos professores**. Portugal: Porto, 1994.

ANEXOS

ANEXO I-

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
MARINGÁ - UNICESUMAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Memória Organizacional no espaço escolar do Sistema Prisional

Pesquisador: MARCIA HIROKO KAWAMOTO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 18269919.7.0000.5539

Instituição Proponente: Centro Universitário de Maringá - CESUMAR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.490.067

Apresentação do Projeto:

Trata-se de Projeto de Pesquisa oriundo do Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações, de responsabilidade de Marcia Hiroko Kawamoto, sob orientação da Professora Doutora Ely Mitie Massuda.

A pesquisa será desenvolvida no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Professora Tomires Moreira de Carvalho. A instituição oferta, de forma sistemática, escolarização nos níveis fundamental e médio, na Penitenciária Estadual de Maringá: unidade de regime fechado masculino; Colônia Penal Industrial, unidade de regime semiaberto masculino; e Casa de Custódia de Maringá, unidade provisória masculina.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo deste estudo é analisar a percepção da Memória Organizacional de práticas pedagógicas de Professores e Pedagogos de um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos que atende educandos temporariamente privados de liberdade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o protocolo de pesquisa, não há riscos significativos em relação aos sujeitos participantes, sendo que existe comprometimento formal com a preservação de dados que possam expor a intimidade/privacidade dos respondentes ao questionário. Os transtornos temporários que

Endereço: Avenida Guedner, 1810 - Bloco 11 - 5º piso
 Bairro: Jardim Aclimação CEP: 87.050-390
 UF: PR Município: MARINGÁ
 Telefone: (44)3027-6380 E-mail: cep@unicesumar.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
MARINGÁ - UNICESUMAR**



Continuação do Parecer: 3.490.067

podem sofrer alguns dos participantes são em muito superados pelos possíveis benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui relevância por sua atualidade, podendo impactar significativamente em um dos nós mais importantes do sistema de justiça criminal: a responsabilização de adolescentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão presentes e adequados.

Recomendações:

Não há recomendações a serem feitas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Isto posto, o parecer é pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1395373.pdf	30/07/2019 20:31:55		Aceito
Outros	Oficio.pdf	30/07/2019 10:59:13	MARCIA HIROKO KAWAMOTO	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoassinada.pdf	30/07/2019 10:57:27	MARCIA HIROKO KAWAMOTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPlataformaBrasil.pdf	11/07/2019 23:16:44	MARCIA HIROKO KAWAMOTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	11/07/2019 23:13:22	MARCIA HIROKO KAWAMOTO	Aceito
Outros	Instrumentodecoletadedados.pdf	11/07/2019 23:11:46	MARCIA HIROKO KAWAMOTO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracaodeinstituicao.pdf	11/07/2019 23:07:58	MARCIA HIROKO KAWAMOTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11/07/2019 17:35:32	MARCIA HIROKO KAWAMOTO	Aceito

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 11 - 5º piso
Bairro: Jardim Aclimação CEP: 87.050-390
UF: PR Município: MARINGÁ
Telefone: (44)3027-8360 E-mail: cep@unicesumar.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
MARINGÁ - UNICESUMAR



Continuação do Parecer: 3.490.067

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 07 de Agosto de 2019

Assinado por:

Sonia Maria Marques Gomes Bertolini
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 11 - 5º piso

Bairro: Jardim Aclimação

CEP: 87.050-390

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3027-6360

E-mail: cep@unicesumar.edu.br

ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**MEMÓRIA ORGANIZACIONAL NO ESPAÇO ESCOLAR DO SISTEMA PRISIONAL**

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido pelo(s) pesquisador(es) Professora Dra Ely Mitie Massuda (orientadora) e Márcia Hiroko Kawamoto (orientanda) em relação a minha participação no projeto de pesquisa intitulado Memória Organizacional no Espaço Escolar do Sistema Prisional, cujo objetivo é Analisar a percepção da Memória Organizacional de práticas pedagógicas de Professores e Pedagogos de um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos que atende educandos temporariamente privados de liberdade. Serão entrevistados todos os docentes (23) e gestor da escola da unidade prisional (1). Todos os docentes atuam nas unidades fechada e semiaberto. Poderá ocorrer um desconforto por demandar de um determinado tempo para as entrevistas. Em relação a riscos, poderá ocorrer, porém não são previsíveis. A pesquisa acima citada não demanda de nenhuma despesa para os participantes da entrevista. Todos os participantes da entrevista receberão uma cópia do TCLE e uma cópia com o pesquisador. Estou ciente e autorizo a realização dos procedimentos acima citados e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins didáticos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras contanto que seja mantido em sigilo informações relacionadas à minha privacidade, bem como garantido meu direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, além de que se cumpra a legislação em caso de dano. Caso haja algum efeito inesperado que possa prejudicar meu estado de saúde físico e/ou, poderei entrar em contato com o pesquisador responsável e/ou com demais pesquisadores. É possível retirar o meu consentimento a qualquer hora e deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo à minha pessoa. Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

Eu, _____ após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas minhas dúvidas referentes a este estudo com a Professora Doutora Ely Mitie Massuda(orientadora) e Márcia Hiroko Kawamoto (orientanda) **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE**, em participar do mesmo Maringá-Paraná

ANEXO III - REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA

Eu _____ RG n. ° _____, acadêmico do curso de _____ em _____, Matrícula n. ° _____, venho por meio deste requerer autorização para realizar pesquisa nos estabelecimentos vinculados a esta Pasta conforme quadro abaixo.

CONCEDENTE	
Órgão	Secretaria de Estado da Educação
CNPJ	76.416.965/0001-21
Endereço	Avenida Água Verde, 2140 Vila Isabel
Município	Curitiba
CEP	80.240-900
Telefone	(41) 3340-1500
Sítio	www.educacao.pr.gov.br
Representada por	Nome Superintendente ou Chefia NRE
Cargo/Função	Superintendência ou Chefia do NRE

CEDENTE	
Instituição de Ensino responsável pela pesquisa	
CNPJ	
Endereço	
Município	
CEP	
Telefone	
e-mail	
Representada por	
Cargo/Função	

PESQUISADOR	
Nome	
RG	
CPF	
Endereço	
Município	
CEP	
Telefone (com DDD)	
Celular (com DDD)	
e-mail	

Curitiba, de de 20 .

Nome e assinatura do Pesquisador (a)

ANEXO IV - TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISA CIENTÍFICA

Eu Márcia Hiroko Kawamoto, RG n.º 3795798-4, acadêmico do curso de Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações, venho me comprometer com a realização de pesquisa nos estabelecimentos vinculados à Secretaria de Estado de Educação ou aos Núcleos Regionais de Educação, conforme cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA 1ª – O Termo de Compromisso de Pesquisa formaliza as condições básicas para a realização de pesquisa da CEDENTE junto ao Órgão CONCEDENTE, sendo obrigatória a apresentação do Projeto de Pesquisa, o qual passa a ser parte integrante deste Termo, devidamente aprovado pela Instituição de ensino superior, na qual o pesquisador esteja matriculado. O Projeto de Pesquisa deverá explicitar com clareza a justificativa, os objetivos, a metodologia e o cronograma.

CLÁUSULA 2ª – O presente Termo de Compromisso de Pesquisa firmado entre CONCEDENTE e PESQUISADOR (a), não cria vínculo empregatício entre as partes.

- I. Sendo CONCEDENTE a Secretaria de Estado de Educação quando a pesquisa for realizada na SEED e suas unidades, a saber: diretorias, departamentos e coordenações e; o Núcleo Regional de Educação-NRE quando a pesquisa for realizada em unidades educacionais públicas estaduais.

CLÁUSULA 3ª – Ficam estabelecidas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização da pesquisa:

- I. Este Termo de Compromisso de Pesquisa terá vigência de acordo com o período estabelecido no cronograma apresentado no projeto de pesquisa (CLÁUSULA 1ª), podendo ser renunciado a qualquer momento, unilateralmente, mediante comunicação escrita com justificativa;
- II. A pesquisa será realizada em horário compatível com a Unidade da SEED ou NRE, de acordo com escala previamente elaborada pelo Gestor da Unidade.

CLÁUSULA 4ª – No desenvolvimento da pesquisa caberá:

I. À Concedente

- a) autorizar o (a) PESQUISADOR (a) a realizar sua pesquisa na Unidade, mediante parecer técnico/pedagógico do Departamento/Unidade vinculado ao Objeto da Pesquisa, da Secretaria de Estado da Educação ou NRE.

II. Ao (À) Pesquisador (a)

- a) cumprir, com empenho e interesse, a programação estabelecida para sua pesquisa;
- b) elaborar e entregar à Secretaria de Estado da Educação a redação final de sua pesquisa, assim como demais publicações originadas da pesquisa;
- c) observar e obedecer às normas internas da CONCEDENTE e do Serviço Público Estadual, bem como outras eventuais recomendações emanadas pelo Gestor da Unidade;
- d) primar pelo comportamento ético e moral dentro da Unidade;
- e) Apresentar-se à Unidade com vestuário apropriado, bem como em condições devidas de asseio corporal.
- f) preencher o Anexo VII, referente ao Termo para autorização de Uso do material produzido.
- g) cumprir com o prazo estabelecido em cronograma próprio.

III. À Pesquisa

- a) Conter fundamentos teóricos e éticos, os quais deverão dar sustentação ao tipo de pesquisa a ser realizada;

CLÁUSULA 5ª – A pesquisa se dará dentro das normas éticas vigentes, de acordo com os Direitos Humanos, Resolução n.º 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, Decreto n.º 7037, de 21 de dezembro de 2009, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e complementares.

- I. Os dados coletados serão de uso específico para o desenvolvimento da pesquisa em questão, conforme as normas vigentes. Caso os dados coletados sirvam para uma outra pesquisa, o pesquisador deverá encaminhar novo projeto para análise da Secretaria de Estado da Educação ou NRE, bem como autorização.
- II. Qualquer alteração, exclusão ou inclusão na pesquisa será comunicada e, se necessário, solicitada a mudança ao Órgão CONCEDENTE.

CLÁUSULA 6ª – Constituem motivos para o cancelamento automático da vigência do presente Termo de Compromisso:

- I. depois da entrega do resultado aos envolvidos, ao término da pesquisa;
- II. a qualquer tempo, por interesse do Órgão CONCEDENTE ou da Unidade, mediante comunicação escrita com justificativa;
- III. a pedido do (a) PESQUISADOR (a), mediante comunicação escrita com justificativa;
- IV. o descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso da Pesquisa.

CLÁUSULA 7ª – Fica eleito o foro da comarca mais próxima do Núcleo Regional de Educação, o qual está jurisdicionada a unidade educacional em que será aplicada a pesquisa, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que se origine da execução deste Termo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo com as condições deste Termo de Compromisso de Pesquisa, as partes assinam.

Curitiba, de de 20 .

Márcia Hiroko Kawamoto

Nome e assinatura do Pesquisador (a)

Nome do Concedente

Nome do Cedente

(carimbo e assinatura)

ANEXO V - ROTEIRO PARA SUBMISSÃO DE PROJETOS À SEED

Roteiro para submissão de projetos à SEED	
Nome do projeto de pesquisa	
Resumo	Descrever, de modo sucinto – preferencialmente em um parágrafo - do que se trata o trabalho, procurando ater-se apenas às informações essenciais, tais como: o tema, os objetivos, o problema e a hipótese (quando couber).
Justificativa	Relacionar as seguintes questões: a) Tema; b) Relevância social da pesquisa e, especialmente, a sua importância para a área a ser pesquisada; c) Fundamentos teóricos e éticos que sustentam o tipo de pesquisa a ser realizada; d) Como a instituição pública poderá se apropriar do resultado para qualificar ainda mais o desenvolvimento do seu trabalho.
Objetivos	Apresentar o(s) objetivo(s) geral(is) e específicos (quando houver). Os objetivos gerais estão relacionados aos resultados mais abrangentes para os quais o projeto pretende contribuir. Já os objetivos específicos devem definir exatamente o que se espera atingir até o final do trabalho.
Revisão da literatura científica	Sistematizar o conhecimento científico acumulado sobre o tema específico do seu projeto.
Método ou encaminhamento metodológico	Listar todos os procedimentos, materiais, equipamentos e métodos necessários para realizar a pesquisa. Delinear as técnicas adotadas e os aspectos éticos envolvidos sobre a eventual utilização de instrumentos de pesquisa, como questionários, entrevistas, testes, técnicas ou planos de aula, e possibilidade de encerrar a pesquisa caso surja mal-estar entre os participantes, entre outros. Descrever qual será a(s) instituição(ões) de ensino e respectiva(s) cidade(s), amostra da pesquisa (quantidade e faixa etária dos participantes), bem como o(s) turno(s) e ano(s)/série(s) que serão coletados os dados, quando a pesquisa for realizada com estudantes.
Cronograma	Expor o plano de execução das atividades descritas no método ou encaminhamento metodológico do projeto, podendo ser apresentado em forma de quadro, despontando os meses ou as semanas nos quais se pretende executar cada atividade.
Referências	Relacionar todas as referências apresentadas ao longo do projeto, se possível, utilizando as normas da ABNT.
Anexos	Quando a pesquisa envolver seres humanos, o projeto obrigatoriamente deverá conter: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será entregue aos pesquisados (quando maiores de idade ou pais/responsáveis); Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (para crianças e adolescentes).

	Quando houver necessidade, apresentar os instrumentos de pesquisas que serão utilizados, bem como outros materiais que serão utilizados ao longo do desenvolvimento da pesquisa.
Atribuições da SEED	Discorrer sobre os itens que necessitam de contrapartida da SEED, quando necessário.

ANEXO VI - CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaramos para os devidos fins que a realização da pesquisa intitulada Memória Organizacional no Espaço Escolar do Sistema Prisional, realizada por Márcia Hiroko Kawamoto, sob o RG 3795798-4, nas dependências do CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho está autorizada mediante entrega de Parecer do Comitê de Ética da UNICESUMAR.

Maringá _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Diretor

Obs: a declaração deverá estar em papel timbrado ou carimbado pelo declarante.

ANEXO VII - TERMO DE CONCORDÂNCIA DO NRE PARA A UNIDADE CEDENTE

Maringá, ____ de _____ de 2019.

Senhor (a) Coordenador (a),

Declaramos que este Núcleo Regional de Educação de Maringá está de acordo com a condução do projeto de pesquisa Memória Organizacional no Espaço Escolar do Sistema Prisional, a ser realizado pelo(a) pesquisadora Márcia Hiroko Kawamoto na Unidade, CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com Seres Humanos, da UNICESUMAR.

Estamos cientes que os participantes da pesquisa serão docentes e equipe diretiva da instituição, pertencentes à Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, bem como de que o presente trabalho deverá seguir a Resolução 466/2012 (CNS) e o Decreto nº 7037, de 2009.

Da mesma forma, temos ciência que o (a) pesquisador (a) somente poderá iniciar a pesquisa pretendida após encaminhar, a esta Instituição, uma via do parecer de aprovação do estudo emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNICESUMAR.

Maringá, _____ de _____ de _____.

Representante da CAA no NRE

Chefia do NRE

ANEXO VIII - TERMO PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DA PESQUISA**1. Identificação do autor**

Nome completo: _____

CPF: _____

e-mail: _____

Titulação: _____

2. Identificação da Obra Projeto de Pesquisa outros: _____

Título da Obra: _____

Programa/Curso de Pós-Graduação: _____

Orientador: _____

Data de conclusão: ____/____/____

IES vinculada à pesquisa: _____

Área do conhecimento: _____

Previsão de data para conclusão do produto final: ____/____/____

3. Termo de autorização

Autorizo a Secretaria de Estado da Educação (SEED) publicizar o documento de minha autoria, acima identificado, no Portal Dia a Dia Educação, para fins específicos, educativos, técnicos e culturais, nos termos da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 e da Constituição Federal de 1988.

Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à SEED a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citação, referências e outros elementos que fazem parte da (s) OBRA (s). Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboraram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados

e/ou referenciados, e que não há qualquer impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Maringá, ____/____/____

Nome e assinatura do autor

ANEXO IX


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
COORDENACAO GERAL

Protocolo: 16.041.140-6
Assunto: servidora solicita autorizacao para pesquisa
Interessado: MARCIA HIROKO KAWAMOTO
Data: 03/10/2019 15:51

DESPACHO

I. Considerando que a documentação está de acordo com a solicitada na Portaria n. 69 de 26 de junho de 2019;

II. Considerando despacho da Assessoria de Tratamento Penal, às fls. 33, bem como, despacho da Assessoria Técnica, às fls. 34;

III. Este Departamento Penitenciário DEPEN, não se opõe quanto ao solicitado;

IV. Encaminhe-se à Penitenciária Estadual de Maringá PEM e à Colônia Penal Industrial de Maringá CPIM, para ciência, providências e ao final da pesquisa acadêmica, cumprimento do Art. 10, parágrafo Único da Portaria citada acima.

Francisco Caricati
Diretor Geral DEPEN/PR.

Protocolo de protocolo 16.041.140-6 por Gabriel Ferreira Medeiros em: 03/10/2019 15:51. Nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 1886/2018. Assinado por: Francisco Caricati em 03/10/2019 18:26. Ellen Cristina Queiroz Da Silva em 08/10/2019 01:24. Para mais informações acesse: <https://www.epprodios.pr.gov.br/portal/validarAssinatura.do> e informe o código: 39466e448bed43a7837156c15549002

ANEXO X

UNICESUMAR – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO LOCAL

Maringá-Paraná, 09 de julho de 2019.

Ilma Sr.ª

Prof.ª Dr.ª Sônia Maria Marques Gomes Bertolini
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UniCesumar)
 UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá

Prezada Coordenadora,

Eu, Vilma Biadola, CPF 57074224987, Diretora do CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho, localizada no Estrada Velha para Paiçandu S/N na cidade de Maringá declaro, a fim de viabilizar a execução do projeto de pesquisa intitulado **MEMÓRIA ORGANIZACIONAL NO ESPAÇO ESCOLAR DO SISTEMA PRISIONAL** sob a responsabilidade dos pesquisadores, Professora Doutora Ely Mitie Massuda(orientadora) e Márcia Hiroko Kawamoto (orientanda) autorizo sua execução das entrevistas junto aos profissionais da educação que atuam no CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho, conforme as Resoluções CNS/MS 466/12 e 510/2016, assumo a responsabilidade de fazer cumprir os Termos da Resolução nº 406/18-GS/SEED, da secretaria de Estado da Educação, em concordância com o Decreto Estadual nº 10.285/2014, e o Decreto nº 7.037,de 2009 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma, viabilizando a produção de dados da pesquisa citada, para que se cumpram os objetivos do projeto apresentado.

Esperamos, outrossim que os resultados produzidos possam ser informados a esta instituição por meio de Relatório anual enviado ao CEP ou por outros meios de praxe

De acordo e ciente,



 Profª Ms. Vilma Biadola

Vilma Biadola
 Doc. 145/981 1422 402204
 002004 1701913
 19/07/2019

ANEXO XI

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED



ANEXO V da RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED

CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaramos para os devidos fins que a realização da pesquisa intitulada “**Memória Organizacional no espaço escolar do Sistema Prisional**”, realizada por Márcia Hiroko Kawamoto, RG 3 795798-4, nas dependências do CEEBJA “**Professora Tomires Moreira de Carvalho**”- Ensino Fundamental e Médio está autorizada mediante entrega de aprovação pelo Parecer do Comitê de Ética CAAE: 18269919.7.0000.5539 - UNICESUMAR.

Maringá, 07 de agosto de 2019.

Osvaldo Messias Machado
Diretor da CPIM

Julio Cesar Vicente Franco
Diretor Assistente

ANEXO XII

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED



ANEXO V da RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED

CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaramos para os devidos fins que a realização da pesquisa intitulada "Memória Organizacional no espaço escolar do Sistema Prisional", realizada por Márcia Hiroko Kawamoto, RG 3 795798-4, nas dependências do CEEBJA "Professora Tomires Moreira de Carvalho"- Ensino Fundamental e Médio está autorizada mediante entrega de aprovação pelo Parecer do Comitê de Ética CAAE: 18269919.7.0000.5539 - UNICESUMAR.

Maringá, 07 de agosto de 2019.

Sérgio Donizete da Silva
Diretor da PEM

Claudinei Ayala Brenha
Diretor Assistente

ANEXO XIII

Matriz estrutural

	ue os docentes socializem os encaminhamentos	enciário promovem encontros para divulgação	estradas as ações e experiências vivenciadas	são disponibilizados para os docentes e a	registros são utilizados para solucionar os problemas atuais
1 : E1	Sim, na escola existem os encontros pedagógicos na semana de capacitação, nas reuniões pedagógicas e no encontro de professores na sala de atividades. Então a gente sempre tá passando informações, trocando conhecimento, tirando dúvidas. Isso é o que acontece dentro do espaço escolar.	Sim anualmente no Estado em algumas regiões do estado é promovido os encontros das escolas que atendem EJA nas prisões então lá são expostos, apresentados os trabalhos realizados em cada unidade são discutido né cada ano. Isso né só tá acrescentando cada vez mais aumentando o número de participantes.	Essas práticas geralmente são feita projetos e no decorrer da realização da atividade são fotografadas e daí são registrados nos projetos essas fotos para posterior né melhor organização e aperfeiçoamento.	Sim são enviados copias para o Secretaria de Educação, Núcleo de Educação, na escola fica fixada em mural de atividades para o chamamento das próximas atividades são realizadas atividades anteriores então isso parece que sempre esteja vivo na memória né dos docentes e dos alunos.	Sim, como a gente faz em forma de projeto esse projeto todo ano eles são reformulados né então a gente vê o que aconteceu o resultado disso né como foi aproveitado isso daí para resolver os problemas e sempre aperfeiçoando para solucionar novos problemas que surgem no decorrer desse tempo.
2 : E10	A socialização das práticas pedagógicas acontecem nos momentos de planejamento e reuniões pedagógicas, bem como nas conversas diárias e ocasionais na sala dos professores.	Os encontros promovidos pela Secretaria de Educação e o Departamento aconteciam em forma de seminário, onde era possível ter uma visão ampla sobre as práticas pedagógicas e desenvolvimento de projetos de todas as Unidades do Paraná. Eram encontros profícuos em compartilhamento de ações. No entanto, nas últimas gestões, houve um corte significativo de vagas, além de suspensão desses encontros. Quanto ao registro do evento, há sempre a promessa de que haverá relatórios e envio do material, mas isso não acontece, infelizmente.	Sempre que desenvolvemos projetos especiais, esses são registrados por meio de fotos, compilamento do material e, até, filmagem. Nas práticas vivenciadas no dia a dia, faz-se o registro por meio de arquivamento de atividades e divulgação em mural próprio para isso ou em exposição ao final do período letivo e semana cultural.	Sempre que há um registro sistematizado, o material é disponibilizado para apreciação, tanto dos corpo docente, quanto da direção da unidade. Em celebrações festivas, durante o ano letivo, tanto a direção da unidade faz-se presente para assistir às apresentações, com também, são convidados os docentes que atuam nas outras unidades atendidas pelo mesmo CEEBJA.	Os registros não são tomados como ponto de chegada, mas como ponto de partida para repensar o trabalho desenvolvido e dar orientação para solucionar algum problema observado no desenvolvimento de determinado trabalho. Outras vezes, o trabalho realizado foi uma forma de intervenção bem sucedida e é utilizado de parâmetro para outras novas ações e também de motivação para outros docentes.
3 : E11	Sim. Nas reuniões pedagógicas, a escola procura disponibilizar temáticas que envolvam a socialização dos docentes para um alinhamento (unidades específicas, aluno igual e professores da disciplina diferentes) de práticas pedagógicas, sobretudo, nas áreas específicas. Lembro que a escola atende três unidades de um sistema penal que tem suas especificidades. Porém, o aluno é o mesmo e não pode haver uma grande ruptura no processo de ensino aprendizagem.	Sim. Numa macro escala sim. Alguns eventos como encontros estaduais do Depen (um exemplo comunicações no terceiro encontro de educação nas prisões), onde são abordadas experiências educacionais nas unidades prisionais no estado. Os registros do evento saem através de divulgação de mídia mostrando os resultados dos trabalhos apresentados.	No âmbito da escola, as ações e experiências pedagógicas, são registradas através de documentos escritos, fotográficos e em alguns casos específicos são apresentados em trabalhos artísticos como teatro e esculturas.	Sim. Uma vez documentado, as práticas pedagógicas e seus resultados, são apresentados ao corpo escolar e direção da unidade. Fica disponível a qualquer pessoa. É importante para o contexto escolar uma abordagem ampla, analisando criticamente as ações e promovendo possíveis ajustes futuros.	Sim. Uma vez registrados, o corpo docente da escola, juntamente com a direção, consegue avaliar com criticidade o trabalho realizado. A cada momento os problemas são diferentes, necessitando de soluções para que as práticas pedagógicas sejam eficientes e atenda as necessidades de cada unidade e seus educandos.
4 : E12	Sim. Em nossa instituição temos como prática essa socialização nos momentos de estudo e reuniões pedagógicas. O objetivo é encaminhar aos colegas de outras disciplinas ações que foram positivas, desde que seja adequada também a essas outras disciplinas.	Sim. São apresentadas aos colegas os trabalhos práticos referentes à ação do professor e socializadas apresentando os resultados.	Através de registros escritos, cartazes, apresentações de poesia, músicas, teatro (aluno do Adauto) e participações em gincanas competitivas em datas comemorativas.	Sim. As práticas pedagógicas positivas são documentadas, após análise e discussão com os professores. Vale ressaltar que nosso corpo docente é aberto e acessível, incorporando e adequando novas práticas pedagógicas de acordo com a especificidade do sistema prisional e ainda de cada unidade atendida do complexo, ou seja, PEM, CPIM e CCM, pois cada uma apresenta singularidades e limitações próprias.	Sim. Busca-se constantemente atender as necessidades pedagógicas dos educandos, procurando solucionar possíveis entraves relacionados às ações pedagógicas. Um exemplo positivo é a prática adotada referente à combinação EAD, pois nesse sistema foi possível haver um número maior de concluintes.

5 : E13	Os momentos de socialização a respeito das práticas pedagógicas, normalmente acontecem durante as reuniões coletivas, como, ação pedagógica, encontros, estudos, semana pedagógica, e outros. Desta forma, são reservados momentos para que os participantes tenham oportunidades de expor suas experiências com os demais docentes. Todos são incentivados pelos parceiros a socializar projetos e, ou práticas inovadoras. Mas percebe-se também que nesses momentos coletivos, os docentes sentem-se a vontade para manifestar a qualquer tempo, o que enriquece as reuniões e debates. Retomando a pergunta se há um momentos ou dia	Este é um ponto fraco na atualidade. Perdemos com o passar do tempo e troca de política educacional os encontros, seminários anualmente agendados para a educação prisional. Os encontros, foram aos poucos se tornando cada vez mais escassos, o que nos faz muita falta, pois era uma oportunidade de valorização dos docentes, alunos e suas práticas. Havia exposição de trabalhos, painéis, mesa redonda com alunos e docentes, uma verdadeira riqueza na questão educação. Os docentes perderam os estudos e reflexão sobre as diferentes realidades com a integração entre os professores de áreas afins ou não com diferentes realidades. O que temos no momentos são as atividades e eventos internos	Como já explicitamos na questão anterior, os eventos sobre a prática pedagógica são realizadas internamente e são registradas pelos docentes, ou pelo próprio CEEBJA. São utilizadas fotos, imagens, relatório, memorial, socialização de painéis pela escola e também quando inédito, no refeitório dos servidores e hall de entrada na unidade, o que possibilita a socialização com os familiares dos internos, direção, agentes e até mesmo autoridade. Quando possível este material é enviado ao DEPEN em forma de reportagem para divulgação no site. Sabemos que esta ação torna a memória escolar viva para que posteriormente sejam ordenadas no teor da educação emancipatória.	Podemos afirmar que embora era escassa a equipe pedagógica até o momento, houve um grande esforço para que essas ações se fizessem, juntamente com o corpo docente, equipe diretiva e unidade penal e que houvesse consonância nos eventos, pois todos acabam se envolvendo de forma direta ou indireta. Há uma cobrança da direção da unidade na expansão desses registros para divulgação entre outros setores da sociedade e secretaria de estado, fazendo com que o próprio DEPEN valorize ainda mais a educação nas prisões e a reafirme-a como libertadora e humanizadora, pois essas pessoas, hoje, sentenciados, estarão em liberdade buscando oportunidades de trabalho,	Os registros sempre levam a reflexão da realidade, e sem dúvida, há uma busca na superação dos problemas enfrentados a cada novo registro. Os registram auxiliam na discussão dos erros e acertos, ajudam a superar as variantes negativas e coloca toda equipe na condução de novos desafios.
6 : E14	Na instituição que atua, a direção e equipe pedagógica tem criado momentos de divulgação de práticas pedagógicas durante os cursos ofertados pela SEED. São profissionais da educação que trazem para a coletividade suas práticas e reflexões acerca do processo ensino-aprendizagem. São momentos importantes dentro do espaço escolar que proporcionam uma análise sobre a prática pedagógica e seus significados para uma efetiva aprendizagem. Conhecer e debater sobre a prática pedagógica tem contribuído no fortalecimento do processo educativo.	Infelizmente são raros os momentos que a SEED e o DEPEN promovem encontros com o objetivo de divulgação das práticas pedagógicas realizadas no espaço prisional. O evento Seminário de Educação nas Prisões são promovidos de forma pontual sem regularidade e sem participação de todos os profissionais envolvidos na educação prisional, o que afeta a troca de experiências exitosas e práticas pedagógicas relevantes no processo educativo penal. Em relação aos registros destes eventos não saberia dizer como são realizados pois até a presente data não tive acesso a nenhum.	As ações e experiências exitosas desenvolvidas nas práticas pedagógicas são registradas no espaço escolar através de projetos de ensino e pesquisa que tem como produto final: textos de diferentes gêneros literários, pinturas, apresentações artísticas, vídeos, painéis, álbuns, esculturas, quadros, exposições e livros. São atividades que são apresentadas dentro e fora do espaço escolar prisional com participação da comunidade em geral.	Todos os projetos de ensino e pesquisa decorrentes da prática pedagógica são disponibilizados para a comunidade escolar que está inserida no contexto penal e todos são convidados a participar e contribuir nas atividades desenvolvidas na Escola.	Os registros não são utilizados para solucionar os problemas atuais, pois cada problema é único e tem que ser tratado como tal. Os registros ajudam na reflexão acerca dos problemas e abrem um leque de opções para buscar soluções. Cada aluno é um indivíduo com seus percalços que devem ser tratados individualmente para garantir uma aprendizagem efetiva, sendo assim cada problema necessita de uma solução única e diferenciada.
7 : E15	Sim, nas reuniões pedagógicas previstas em calendário, sempre é reservado um tempo para exposição e troca de experiências exitosas.	Sim, há encontros minimamente semestrais, ocasião aproveitada para discussões sobre temas específicos do sistema prisional, exposição de trabalhos e projetos, bem como troca de experiências. Uma edição do evento é publicada nas páginas da SEED e DEPEN.	As ações referentes ao ensino/aprendizagem dos alunos são registradas diariamente nas fichas de registros individuais, um formulário próprio oficial estabelecido pela SEED. Estas fichas são arquivadas na pasta individual do aluno. Projetos e trabalhos conjuntos são fotografados, filmados e encaminhados ao DEPEN em forma de relatórios para possível edição e publicação.	Penso que todos os registros podem ser facilmente acessados.	Os registros são utilizados para pesquisa visando aperfeiçoar e/ou aprofundar ações significativas para o sistema prisional e ações da escola.

8 : E16	Normalmente esses momentos acontecem nas reuniões pedagógicas ou nas reuniões específicas da escola. Acontece também no período de hora atividade do professor. Ali o professor tem possibilidade de trocar experiências com seu colega de área ou até mesmo com professor de outra disciplina.	São realizados os encontros sim. Esses encontros como encontro estadual possibilita troca de experiência entre os docentes de diversas unidades . Alguns encontros acontecem em Foz do Iguaçu às vezes em Curitiba com várias unidades participando. Então isso é bastante válido para todos os que podem participar.	São registrado através de documentos, fotos ,vídeos, painéis trabalhos, teatros são dessa maneira que a gente acaba registrando o que nós estamos produzindo dentro da unidade de cada unidade prisional.	Isso é uma das coisas que a gente procura fazer bastante lá né, porque já que a gente não tem acesso a pessoas de fora para estar entrando na unidade prisional e assistindo a gente procura quando tem algum trabalho chamar representantes do Núcleo Regional de Educação, chamar o diretor da unidade ,a direção da escola, o pedagogo para assistir. Tudo é socializado quando tem trabalho em sala são convidados essas pessoas para estar assistindo também. É a maneira que a gente tem até de incentivar os nossos alunos também a produzir alguma coisa.	Bom,as experiências né que são positivas são aproveitadas sim, então tudo aquilo que a gente faz que é bacana que que faz que a gente socializa sim.
9 : E17	Sim, durante a Semana Pedagógica organizada sempre no início de cada semestre, nas apresentações da Semana Cultural que já é instituída em calendário escolar, nos encontros de hora atividade do professor são aproveitados para discussão de diversos temas relacionados a prática pedagógica.	Promovem, porém são encontros esporádicos e quando ocorrem, as vagas são bastante limitadas o que deixa os profissionais da educação bastante frustrados , pois cada CEEB/JA recebe o total de participantes que poderá participar. Normalmente esses encontros são estaduais e acontecem em Curitiba e Foz do Iguaçu.	Podemos destacar os projetos da semana cultural, fotos, vídeos e apresentações orais.	Sim , procura-se repassar estas informações quando acontecem os registros formais, caso contrário limita-se ao repasse oral.	Sim, são utilizados para que não corra a repetição do mesmo erro, porém é necessário adequar a resolução de alguns problemas de acordo com cada unidade penal atendida pois cada unidade tem uma dinâmica própria e devem ser observadas.
10 : E18	Ocorre nas reuniões pedagógicas e de formação. Também ocorre nas horas atividades.	Eventualmente promove mas disponibilizam poucas vagas para cada escola.	São registradas através de cartazes, documentos, fotografias, projetos e enviados ao DEPEN. Já houve em alguns momentos registros pela programas locais de televisão.	Sim , em momentos de reuniões , através de documentos.	Sim. Pois as práticas pedagógicas vão sendo socializadas e, aos poucos, vão colaborando para soluções, devido à caminhada e a História da escola. Neste espaço singular servem para uma avaliação do trabalho e uma retomada e planejamento das ações futuras.
11 : E19	Sim. No início, término e durante o ano letivo são feitas reuniões pedagógicas, onde apresentamos nossas práticas pedagógicas para avaliarmos os resultados e planejarmos novas práticas para próximo semestre e ou ano seguinte.	Sim. Foram encontros em cidades polos, organizado pela SEED e DEPEN, onde se reuniram diversos Ceebjas que atendem educandos do sistema prisional no Paraná, além da capacitação com cursos, também tivemos momentos de relatos por parte dos professores das experiências realizadas com educandos com privação de liberdade. O professor que participa do evento apresenta para os demais professores as experiências adquiridas da capacitação na reunião pedagógica organizada pela equipe pedagógica da escola.	Nos planejamentos das disciplinas para o ano ou semestre, através Plano Trabalho Docente, atividades extra curriculares como semana cultural e esportiva, Dia do Consciência Negra entre outros eventos anuais promovidos pela escola através da organização da equipe pedagógica, todas as experiências pedagógicas são registradas em projetos, relatórios, fotos e filmagens.	Sim os registros são disponibilizados para os docentes e direção da unidade através de painéis, exposições artísticos e culturais em reuniões e eventos pedagógicos da escola e unidade.	Sim. Os registros são utilizados para avaliarmos o que está dando certo e no que precisamos melhorar em nossas praticas pedagógicas

12 : E2	<p>Sim nós temos o início do ano tanto ele estando como no meio no recesso escolar para próximo ao recesso escolar a semana pedagógicas ali os períodos de planejamento e a espaço para que ele possa socializar contribuindo com outro sobre as experiências práticas que nos vivenciamos e naturalmente isso ocorre no chão da escola todo dia durante as horas-atividades então nas horas atividades surgem os problemas surgem situações surgem as práticas que deram certas né e ali são compartilhadas com os outros</p>	<p>Sim elas acontecem esporadicamente em eventos seminários e eventos dessa natureza que são programados para que haja o compartilhamento dessas práticas é não é contínuo não é todo dia não é toda hora né mas da mesma forma acontece os eventos na instância Estadual assim como regionais dentro de outros eventos relacionados a EJA como um todo</p>	<p>Em geral são preparadas a partir de reuniões ou semana pedagógicas são encaminhamento ao direcionamento para quais áreas quais professores né de tanto de forma individual como coletiva e depois elas são registradas apontadas é a partir de projetos e esses projetos são colocadas em prática para que aconteça para que sejam executados no dia a dia e depois ao registro com fotografia, relatório e até mesmo com trabalhos aplicado aos alunos resultado desses eventos.</p>	<p>Sim os registros são disponibilizados fica à disposição para todos os professores para direção assim como a toda a comunidade com restrição de exposição de imagem alguns dados nomes registros mas ela fica disponível para quem quiser conhecer e pesquisar e compartilhar.</p>	<p>Sim eles de alguma forma estão à disposição para que sendo observados percebidos as falhas né ou os resultados que deram êxito a partir deles avançar e repeti-los quando for possível ou então melhorados.</p>
13 : E20	<p>Sim, nos dias de Estudo e Planejamento e também nas reuniões pedagógicas.</p>	<p>Raramente, através de apresentações de trabalhos e também de oficinas, no entanto estes encontros estão cada vez mais escassos.</p>	<p>Através de projetos , registro de fotos e vídeos.</p>	<p>Sim, nos dias de Estudo e Planejamento e nas reuniões pedagógicas. Nestes eventos os registros são socializados para todo o coletivo da escola e dos convidados externos, no caso agentes penitenciários ou técnicos da unidade.</p>	<p>Os registros servem de embasamento para repensarmos os problemas atuais. A partir das soluções , encaminhamentos encontrados para determinada situação é possível reduzir o tempo necessário para solução problemas parecidos.</p>
14 : E3	<p>Sim ,sempre que temos reunião pedagógicas acontecem às trocas de experiências entre os professores das diversas disciplinas e todos os dias também nós nos encontramos na sala dos professores .Ali também é um ambiente onde a gente pode trocar informações saber qual encaminhamento que o professor , o colega está fazendo para ver se dá certo na minha sala .Então são práticas pedagógicas diversas de diversas disciplinas que podem dar certo perfeitamente na minha disciplina e também tem a hora atividade né. No início da aula e no final você sempre também a gente comenta como foi a tua aula hoje o que aconteceu foi bem , aquele aluno que está com a gente tá sempre trocando</p>	<p>Sim a secretaria está sempre sim anualmente fazendo eventos em Curitiba do qual nós somos convidados a participar e divulgar as nossas práticas pedagógicas e lá a gente troca experiências de Maringá com todas as demais cidades onde a gente tem unidade prisional.Todo mundo apresenta, todos os professores eles apresentam assim está dando certo o quê certo e tudo isso é registrado no evento também através de fotografias fica como se fosse uma memória também né organizacional aquilo vai ficar guardado e também a gente tem a publicação Depois da nossa apresentação ela é transformada artigo e também num ebook que fica exposto para quem quiser</p>	<p>Pesquisador: Então isso são as formas de como essas ações são registradas. Isso que você acabou de colocar.</p>	<p>Sim sempre que nós precisamos de rever estes documentos, registros e relatórios pode buscar que nós temos registros guardados para eventuais reuso que nós podemos estar usando novamente para ver o que se dá para aproveitar para usar na atualidade que muitas vezes tem alguma coisa que está acontecendo agora que aquilo que está guardado que já foi registrado ele pode acrescentar e a gente a partir daquilo fazer um algo novo uma aprendizagem nova para o aluno reaproveitando né esse material que já está guardado .</p>	<p>Sim, todos os registros que a gente tem na nossa escola sempre que nós precisamos nós retomamos para ver se ele pode estar solucionando problemas atuais por que a gente sempre tem novidade na atualidade a gente sempre tem coisas novas, mas muitas vezes aquilo que já aconteceu no passado pode nos dar respostas agora no presente.</p>
15 : E4	<p>Vários são os momentos em que as práticas podem ser socializadas, por exemplo dos momentos de hora atividade dos pro reunidos nas reuniões pedagógicas que envolvem todos os professores da escola e inclusive os outros processos da sua disciplina também tem nos momentos que ocorrem as capacitações nas quais das se as trocas de o que motiva a prática de ensino e renova</p>	<p>Promove só que esses encontros eles ocorrem a nível Estadual o que não tem acontecido ultimamente e quando aconteciam era uma média de uma vez por ano só que também esses encontros disponibilizavam poucas vagas</p>	<p>Segundo o que nos foi informado foi através de e-book e mais o que eu tenho foi só no Portal da Educação .No estabelecimento prisional que eu leciono ações e experiências vivenciadas são registradas através de oficinas através de banners objetos que são elaborados e também através de fotos</p>	<p>Sim sempre foram disponibilizados facilitados para que todos têm esse conhecimento</p>	<p>Sim, inclusive sempre nas reuniões pedagógicas comenta-se fala-se discute-se sobre as últimas oficinas realizadas , as notícias , sobre os projetos encaminhamentos que deverão ser tomadas.</p>

16 : E5	<p>Sim a escola sempre vem organizando o trabalho para melhor aplicar os conteúdos de cada série o trabalho dividido em grupos a gente está estudando na formação pedagógica , na formação em ação e sempre que a gente tem dúvidas e preocupações a escola dá apoio pedagógico na parte tanto administrativa como na parte pedagógica E as reuniões acontecem mais nas formações né quando o professor também apresenta a dúvida ele é chamado no particular e é feito uma consulta para encaminhar melhor o trabalho e também há bastante troca dos professores no trabalho interdisciplinar.</p>	<p>Sim, sim tem momentos que a gente vai até para Curitiba onde encontra outros CEEBJAS que eles divulgam as suas práticas então há momento de estudos nesses eventos com pessoas convidadas falando sobre temas que envolve o sistema prisional e como é que ele está se desenvolvendo como é que está sendo organizado e também nesses encontros os professores têm oportunidade de apresentar os trabalhos desenvolvidas na sua escola e cada em cada região como é que se dá o desenvolvimento das práticas pedagógicas que contemplam as diretrizes para educação de jovens e adultos no sistema prisionais.</p>	<p>Nós temos além de órgãos oficiais do DEPEN que trazem informações sobre a situação prisional do Paraná e Brasil você pode fazer comparativos e as nossas práticas são registradas nesses eventos em artigos científicos tem alguns professores desenvolvendo e também quando a gente vai para fazer apresentações tem toda organização a priori que a gente manda os trabalhos e as experiências que deram êxito</p>	<p>Sim esses materiais vão ficando organizado para busca para pesquisas tanto na área da Seed quando a gente busca lá tem sempre trabalhos que envolvem a educação de jovens e adultos no geral a educação porque a educação de de jovem e adulto ela não é só restrita para as unidades o aluno é formado para atuar na comunidade porque ele vai ser recebido pela comunidade então ele continua estudo lá fora por isso que os conteúdos dentro do sistema prisional Tá bastante relacionado com os conteúdos da Eja no geral .</p>	<p>Sim , os registros que são muitas vezes começam como um projeto de trabalho ele se torna uma proposta de trabalho acontece em outros anos em outros momentos e até em outras unidades eles são utilizados.</p>
17 : E6	<p>No contexto de aprendizagem, diríamos que é todo momento e nos mais diversos espaços bastando para isso que haja interação quanto aos espaços específicos nós podemos destacar sala dos professores biblioteca curso de capacitação reunião pedagógica e nas plataformas digitais espaço onde são abertos espaços para debater os trabalhos prontos desenvolvido pelo professor .</p>	<p>Sim a Secretaria de Estado da Educação e o departamento penitenciário promovem encontros locais , regionais e estaduais visando divulgar criticamente o trabalho desenvolvido no interior das escolas inseridas no interior dos espaços prisionais.</p>	<p>Nós podemos destacar as diretrizes, os planos de trabalho docente são momentos e formas que acontecem essa socialização. A partir do planejamento das ações pedagógicas estas construídas de frente para a realidade dos entes constituídos no espaço prisional dentro da construção histórica da humanidade os conteúdos escolares destas relações</p>	<p>Sim eles são disponibilizados em algumas plataformas digitais e impressos nas apostilas revistas livros e outros onde há acesso da comunidade e afins.</p>	<p>Sim o trabalho pedagógico é processual, portanto ele é elaborado e reelaborado visando dar respostas a problematização de ontem problematizando com isto o amanhã.</p>
18 : E7	<p>Sim. Embora tenhamos a semana de estudo e planejamento, esta prática acontece também na nossa hora atividade. Sempre trocamos informações, vemos os encaminhamentos exitosos dos colegas e os colocamos em prática. Com os colegas das áreas afins trocamos materiais, atividades e avaliações. Nos momentos oferecidos pela mantenedora, muitas vezes não estou presente, pelo fato de trabalhar em outra escola, mas que não me impede de socializar com os colegas, pedagoga ou diretora sobre os assuntos discutidos nestes momentos.</p>	<p>Já aconteceram sim estes encontros em Curitiba e em Foz do Iguaçu, SEED e o DEPEN organizaram de forma muito bacana, mas nem todos os profissionais envolvidos puderam participar devido as poucas vagas disponíveis. Os registros ocorrem através de fotos, videos, sites....</p>	<p>Geralmente fotos.....mas muitas vezes deixamos de registrar momentos interessantes, pois esbarramos na dificuldade de termos uma máquina ou celular em mãos..... Nesta ultima atividade pedagógica, fizemos um projeto, tudo fotografado e agora estamos organizando um livreto com todas as atividades desenvolvidas.</p>	<p>Penso que não..., da escola sim....unidade não</p>	<p>Para solucionar problemas não....mas através de fotos podemos ver o que deu certo e o que deu errado e melhorarmos, através dos registros de projetos também.</p>

19 : E8	<p>Sim , nós temos momentos que nós nos unimos, discutimos né em todas as áreas do conhecimento, o que nós podemos contribuir na nossa área específica e o que se pode contribuir para a outra. Temos também os momentos em que nos reunimos por área né com os colegas para discutirmos o que podemos fazer para melhorar a nossa postura perante os alunos ,nossas avaliações, temos esse espaço e esse tempo sim.</p>	<p>Sim departamento penitenciário tem oferecido encontros onde todos os professores do sistema do Paraná tem se reunido para divulgar as suas práticas para contribuir com os outros né. E os registros desse eventos acontecem assim através de fotos, de livros, no site, também isso fica registrado muitos professores têm iniciativa de gravar ,filmar né então nós temos registrado seus momentos sim.</p>	<p>Nossas práticas pedagógicas falando do sistema prisional onde eu atuo nós temos fotografado nós temos entrevistado temos também colocado divulgado no site da secretaria própria do sistema penitenciário temos feito um trabalho de registro muito bom</p>	<p>Sim para que todo o corpo docente a direção da unidade faça um trabalho conjunto</p>	<p>São utilizados e servem de subsídio para que possamos analisar procurar saídas ,manter aquilo que está sendo bom então tudo isso tem nos ajudado no nosso dia a dia é para nós tem funcionado assim como uma história né da nossa Educação do nosso do sistema prisional.</p>
20 : E9	<p>Sim, isso ocorre nos momentos de encontros entre os professores, nas reuniões pedagógicas, cursos de formação, nos momentos de hora-atividade sempre há interação entre os docentes.</p>	<p>Poucos encontros. Quando estes acontecem é à nível estadual e tem sido uma vez por ano (esse ano não ocorreu). São encontros onde participam professores de todas as Unidades Prisionais e de todas as Áreas de ensino, por isso mesmo é de grande importância, pois ocorrem oficinas e há uma troca de experiência bastante valiosa. Ao mesmo tempo que informa e capacita o educador (tem a parte teórica através de palestrantes) também há interação e motivação para melhoria das práticas pedagógicas. Estimula a criatividade, pois o professor já fica com desejo de inovar para participar no próximo evento com sua experiência e quem mais ganha com isso é o aluno que tem a</p>	<p>São registradas por meio de projetos escritos, fotos, vídeos fotográficos, oficinas, trabalhos de pintura, cartazes, murais, livretos...</p>	<p>Sim.</p>	<p>Sim, eles servem para refletirmos sobre a nossa prática, ajuda-nos a perceber aspectos positivos e negativos que ocorrem no processo ensino-aprendizagem, ajuda-nos a descobrir talentos que estavam encobertos nos alunos os quais apresentavam dificuldade de aprendizagem. Enfim, os registros dão um norte à nossa prática.</p>